

Projeto Educativo

O primeiro objetivo do Projeto Educativo é definir os grandes eixos ou parâmetros educativos que, de uma forma estável e cada vez mais consolidada, constituem a Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS. Relativamente aos grandes objetivos que se definem como o seu alcance educativo, esclarece-se o modelo de aluno que se propõe formar, caracteriza-se a natureza da educação, a organização do seu processo, as responsabilidades e as relações existentes na Comunidade Educativa, formaliza-se o perfil de professor e de funcionário, determinam-se as atribuições de cada um, as competências e poderes dos órgãos de direção, gestão e administração e delimita-se o papel de ação e participação dos intervenientes externos à Comunidade Educativa.

Porém, o Projeto Educativo não é um corpo imóvel e estático de princípios, convenções ou orientações. Ele problematiza, analisa, afere, valoriza e avalia o processo educativo, redefinindo de forma concreta e periódica a situação educativa, conformando continuamente a coerência entre os grandes princípios ou objetivos educativos e o estado da situação educativa, identificando problemas ou obstáculos que necessitem de atenção e reflexão, planeamento, reformulação de ações estratégicas, implementação de projetos intermédios e avaliação, de tal sorte que cada momento educativo seja uma aproximação de excelência aos grandes princípios educativos inicialmente definidos.

O segundo objetivo do projeto é, portanto, resolver, de forma organizada e planificada, um problema previamente identificado da realidade educativa, aproveitando para isso os recursos disponíveis e respeitando certas restrições impostas pela tarefa a desenvolver e pelo contexto. Ao surgir de uma ou várias necessidades identificadas no contexto educativo, ele deve revelar os interesses pessoais da Comunidade Educativa e os seus objetivos de aprendizagem. Isso remete para uma reflexão na qual se confrontam, por um lado, as necessidades, e, por outro, os meios para satisfazê-las. Na formulação do Projeto Educativo Estratégico explicita-se o problema a resolver, definem-se os objetivos do projeto, as necessidades e os recursos disponíveis, distribuem-se as responsabilidades e definem-se os prazos para cada atividade. O Projeto Educativo, por ser coletivo, requer o compromisso de cada um dos membros da Comunidade Educativa na organização conjunta das atividades a realizar. Deve ser avaliado de forma permanente, confrontando o trabalho realizado com o projetado, analisando também o processo de realização, e, finalmente, aferindo o impacto que ele teve na transformação e melhoria da Comunidade Educativa.

Matriz Educativa e Pedagógica

A Matriz Educativa e Pedagógica constitui o conjunto de princípios, objetivos, estratégias e metodologias de âmbito Educativo e Pedagógico que reproduzem de forma sistemática e estratégica as opções educativas estruturantes definidas no Ideário Educativo do CDDS.

A Matriz Educativa e Pedagógica preconiza as orientações estáveis e permanentes de todo o processo educativo do CDDS, as diretrizes organizacionais, funcionais e interrelacionais da Comunidade Educativa e os valores educativos e formativos fundacionais a partir dos quais se constrói, renova e atualiza toda a situação educativa e as estratégias de inovação e modernização educativa. É essa referência fundacional que atribui à Matriz Educativa e Pedagógica o seu carácter de Projeto Educativo permanente.

I. IDENTIDADE EDUCATIVA DO CDDS

1.5. Da fundação à maturidade

1. O Projeto Educativo do CDDS pretende clarificar e precisar o modelo educativo que propõe. Apesar de ser construído sobre um ideário próprio e específico, não se afirma pela exclusividade de uma visão unilateral e impositiva de valores e opções educativos, mas por um modelo de educação plural, eclético, quanto aos valores e objetivos educativos, respeitando outras possíveis visões educativas e salvaguardando a individualidade de cada aluno, a sua confissão religiosa, a opção política ou outras escolhas fundamentais de vida.
2. O CDDS, fundado no dia 30 de agosto de 1949, é propriedade do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo, da Arquidiocese de Braga. O CDDS foi criado com o intuito de proporcionar o acesso ao ensino numa época em que o ensino público não era extensível a todas as regiões do país, mormente o interior norte, sendo ainda de acesso dificultado pela existência dos exames de admissão aos liceus. Apenas estes, à altura, dispunham do exclusivo dos cursos complementares que disponibilizavam aos alunos com residência próxima.
3. Alguns anos após, sob a direção de Monsenhor Elísio Fernandes de Araújo, por volta de 1953, foi a qualidade educativa e formativa do CDDS que fez com que alunos provenientes de Faro, Lisboa, Torres Novas, Guarda, Tomar, Angola, Moçambique e Guiné ingressassem no CDDS, onde o ambiente familiar, a exigência na aprendizagem e a educação marcada pelos valores humanos, cívicos e religiosos lhe granjearam, progressivamente, reputação e procura. A Reforma Educativa da década de 80 do século passado de que o Colégio foi “escola-piloto”, as grandes obras de ampliação das instalações do CDDS e, finalmente, a autonomia pedagógica adquirida em 1990 exponenciaram substancialmente a frequência do CDDS.
4. O CDDS é, hoje, uma instituição particular de ensino, com sede na rua Conselheiro Bento Miguel, na cidade de Braga, com oferta educativa plural e sem restrições confessionais, ideológicas ou sociais, embora sujeito às condicionantes físicas, materiais e humanas de que dispõe. Possui regime de internato, em quartos individuais, para alunos do sexo masculino.

1.6. Modelo educativo inspirador

5. O modelo educativo do CDDS advém da inspiração da cultura cristã, que promove como princípio superior da educação o desenvolvimento integral da pessoa humana em processo de formação, numa Comunidade Educativa com ambiente familiar e com forte sentido de autorresponsabilidade e autodisciplina.
6. O CDDS constitui-se como Comunidade Educativa familiar, onde o encontro de gerações, diferenças culturais e de mentalidade, o convívio com alunos de origens geográficas, culturais, sociais, económicas e religiosas diversificadas valoriza a pluralidade de mentalidades e o âmbito da socialização, conferindo ao percurso educativo um enriquecimento humano e sociológico determinante para o aprofundamento da compreensão, da tolerância e da convivência pessoal.
7. É propósito educativo do CDDS proporcionar aos alunos e às famílias os meios e os recursos indispensáveis para o conhecimento interior de cada um, a descoberta e

formação da sua personalidade e caráter, de forma que cada aluno tenha a possibilidade real de iniciar a construção do seu projeto de vida futuro, alicerçado em aprendizagens inovadoras e sólidas, capacidades diversificadas bem experimentadas, incorporação bem estruturada de valores orientadores de vida, liberdade para a imaginação dos sonhos futuros, percepção consciente das limitações e condicionantes hodiernas da vida e um sentido de desafio e deliberação para a coragem e audácia de enfrentar positivamente o futuro.

8. As inumeráveis gerações de alunos que frequentaram o CDDS, e que hoje se encontram dispersas pelos diversos quadrantes da vida pública e profissional, atestando a qualidade da sua formação e educação, são o melhor testemunho do modelo consistente de educação recebida, motivação madura para as gerações mais jovens, incentivo para a renovação contínua do CDDS, face aos permanentes desafios e comprovação do êxito das opções educativas do CDDS.
9. O personalismo cristão, que integra o ensino, a educação, a formação e a evangelização, constitui a inspiração superior do Projeto Educativo do CDDS, identificando-o como um projeto voltado para a pessoa, não para o sistema ou a estrutura, mas proporcionando espaço de compromisso e de educação científica, técnica, humana e cristã, ressaltando que os referentes da proposta axiológica e dos princípios da Mensagem Cristã são determinantes na formação, interação e vivências educativas que propõe.

II. PRESSUPOSTOS EDUCATIVOS

10. A proposta educativa do CDDS estrutura-se segundo um conjunto de pressupostos que determinam e fundamentam a orientação educativa e formativa global e, em simultâneo, enformam todo o processo, ações, estratégias ou opções de direção, gestão e administração.

1.7. Cultura educativa antropológica

11. A educação é um processo complexo por corresponder à fase de construção da identidade pessoal do aluno. Cada aluno é um ser humano singular, que não reproduz em si um modelo educativo estereotipado imposto. Antes, constrói-se a si próprio, de acordo com os estímulos, referentes, valores, conhecimentos, aprendizagens e experiências educativas que lhe são proporcionadas. O respeito e consideração pela história individual de cada aluno sugerem uma cultura educativa antropológica que integra valores, modos de vida, reflexões, tradição, culturas construídas com esforço, dificuldades, progressos e alegrias, descobertas, imprevistos e conquistas que constituem mundividências específicas de cada educando. O aluno, ser humano ímpar, é cooperador e sujeito da sua educação.

1.8. Cultura educativa socialmente integradora

12. A versatilidade e presteza com que a sociedade contemporânea transforma, suprime, reconstrói e segrega os seus esquemas organizacionais e os sinais de vanguarda da sua estrutura evolutiva fazem supor que a adequação dos modelos educativos contemporâneos aos processos de transformação da sociedade resulte cada vez mais difícil. O modelo educativo do CDDS pondera, como pressuposto, a necessidade de previsão de evolução social, a atenção aos sinais dos tempos, de modo a investir nas

formas mais adequadas e nos modelos mais atuais de integração dos seus educandos no mundo social. Este pressuposto reserva atenção especial às mudanças técnicas, científicas, aos valores e aos desafios mais sensíveis de concorrência social com que os educandos serão futuramente confrontados.

1.9. Cultura educativa cívica

13. A educação do ser humano estrutura-se em compromissos, inter-relações, iniciativas, integrações que o valorizem como cidadão. A cultura cívica propõe educar o aluno para a identidade da sua comunidade social, para o sentido de pertença ativa e interventiva, para o espírito de iniciativa, para a largueza da solidariedade, para a convivência cívica, favorecendo a dimensão mais vasta da realização do ser humano. A atenção aos problemas da comunidade, às carências, roturas, inovações, desestruturas sociais, aos deveres e direitos que organizam as relações e as formas de comunicar em sociedade são um exercício educativo prévio ao futuro empreendedor do cidadão consciente e responsável que sente, percebe, analisa e atua criticamente no seu espaço humano e cívico próprio.

1.10. Cultura educativa inovadora

14. Toda a educação é, pela sua natureza, um processo inacabado, suscetível de revisões, ajustamentos e inovações, só ela se encontra ao serviço do ser humano, evolutivo e transformado, e não subserviente a sistemas ou estruturas. A dimensão prospetiva da educação é uma inquietação de método, de princípio e de planificação continua. A intenção não é aprisionar, previamente, a realidade futura, ajustando-a eternamente a esquemas já conseguidos ou consolidados. A cultura da inovação educativa é um pressuposto que conduz à autocrítica, à avaliação sistemática, à renovação, à dinamização e procura do novo, do futuramente ajustado e justificado, à depuração do obsoleto, por muito válido que tenha sido em experiências pretéritas.

1.11. Cultura educativa com memória

15. Situado no tempo, no espaço e num contexto humano, o aluno transporta consigo as memórias, valores, normas, experiências que assimilou na socialização familiar. O processo educativo nunca poderia ser uma soma de momentos educativos estanques, independentes e dissociados, sem integrar a história e memória educativa de cada aluno. O CDDS, por sua vez, contextualizado no tempo e no espaço, é, hoje, também, o produto das suas memórias educativas, dos dinamismos educativos da sua história institucional. As memórias pessoais, familiares e institucionais trazem ao processo educativo o desafio da integração e inclusão, enquanto todas elas transportam opções, valores, sensibilidades, orientações e escolhas que constroem o princípio da unidade histórica do sujeito, dos projetos educativos e das opções educativas das famílias.

1.12. Cultura educativa humanista e personalista cristã

16. A dimensão transcendente do ser humano induz a percebê-lo como o grande Projeto Educativo de Deus, conforme esse mistério nos é desvendado na epifania da criação, no mistério da cruz e na consciência humana. O percurso existencial humano é histórico, mas convocado a uma dimensão que ultrapassa as contingências da matéria, da morte, da dor e se enraíza numa esperança ilimitada de fé. Se o homem,

como projeto de Deus, é chamado a partilhar a esfera do divino, a educação deve personalizar e elevar a percepção imediata da contingência finita da natureza humana até ao pleno sentido da vida em Deus, conferindo ao projeto de vida de cada ser humano o sentido da partilha da história humana e da história divina.

III. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS ORIENTADORES

a. Objetivos Educativos Gerais

Objetivos Gerais da Educação Pré-escolar

A Lei-quadro da educação pré-escolar – Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro – consagra este nível de ensino como «a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.».

Deste modo a educação pré-escolar destaca-se como um dos subsistemas do sistema educativo e, conseqüentemente, surge como uma estrutura fundamental na educação e na formação global ao longo da vida.

Nesta perspetiva, e em consonância com aquele princípio geral, a Lei-Quadro estabelece, no artigo 10º do capítulo IV, os seguintes objetivos pedagógicos para a educação pré-escolar:

- Promover o desenvolvimento pessoal da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
 - Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
 - Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
 - Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
 - Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilidade estética e de compreensão do mundo;
 - Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
 - Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
 - Proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
 - Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.
17. Os objetivos educativos gerais deduzem-se dos princípios e fundamentos educativos definidos no Ideário Educativo e dos pressupostos ou cultura educativa que o CDDS pretende implementar. Os objetivos educativos gerais correspondem aos princípios

diretores de toda a ação educativa, da organização, direção, gestão e administração, e constituem os grandes eixos orientadores da vida da Comunidade Educativa para os quais deve convergir o esforço educativo, as aprendizagens e saberes, a conceção de saber, a estratégia pedagógica e as ações e conceções didáticas. Por corresponderem à definição da Identidade Educativa do CDDS eles são estáveis, não negociáveis, embora suscetíveis de avaliação e reformulação no modo de realização específica ou nos objetivos específicos que os concretizam ou implementam de forma calendarizada para cada triénio.

1.13. Educar e formar a pessoa humana de modo integral

18. Ajudando progressivamente o aluno na descoberta de si mesmo, mediante o reconhecimento e desenvolvimento das suas capacidades humanas, físicas, intelectuais, volitivas e afetivas, aprendendo a integrar na formação da sua personalidade e carácter as suas qualidades e as limitações que condicionam o seu desempenho.
19. Sensibilizando o aluno para a descoberta e desenvolvimento da sua dimensão social, através do conhecimento da identidade e características da sua comunidade humana e social, do estudo da realidade social com as suas transformações e permanências, das diferentes mentalidades e da riqueza ideológica que nelas se afirmam, da análise das suas dinâmicas de vida, de trabalho, de organização, das formas de integração e participação ativa.
20. Consciencializando o aluno para a relevância da ética e da sua vocação transcendente e, portanto, para a interiorização do sentido da existência humana, da vida, da história e do mundo.

1.14. Educar com liberdade, na liberdade e para a liberdade

21. Motivando o aluno a entender a importância da educação como instrumento de formação de pessoas livres, que se realizam como pessoas no exercício total e responsável da sua liberdade.
22. Estimulando os educadores a atuarem como seres livres, respeitadores da liberdade de ser, pensar e agir dos outros, de modo a que a sua ação se constitua como modelo e referência de conduta e procedimento.
23. Incentivando o aluno a aprender a construir por si próprio o seu pensamento, de forma autónoma e refletida, a habituar-se a atuar por convicção própria e deliberação crítica, ponderando as razões da sua atuação, a buscar os princípios que fundamentam as suas escolhas e as suas opções de vida.
24. Induzindo o aluno a incorporar a liberdade como valor mútuo e recíproco na sua personalidade e convivência, nas relações pessoais e no ambiente de vivência e de aprendizagem da Comunidade Educativa.

1.15. Educar com valores ético-morais

25. Acentuando a importância da educação para os valores como forma de orientação do aluno para a sua valorização pessoal, a construção da sua identidade pessoal, quer como pessoa, quer como membro de uma comunidade.

26. Motivando o aluno para a vivência de atitudes que se conformem aos valores, de modo a estabelecer uma relação de coerência entre o ser e o agir, entre o pensar e o escolher, entre o decidir e o atuar.
27. Ressalvando os valores ético-morais evidenciados pela cultura personalista e humanista cristã sobre a vida, o homem, a família, o saber, o afeto, a educação, a felicidade, a justiça, a igualdade, a liberdade, os bens materiais, a consciência, a verdade, como alicerces da dinâmica de funcionamento da Comunidade Educativa e da convivência social.

1.16. Educar na abertura ao transcendente

28. Despertando a consciência do aluno para o aprofundamento do mistério do homem como manifestação do mistério de Deus, percebendo na experiência humana a presença de uma dimensão transcendente que dá sentido à vida e às opções fundamentais que marcam a existência humana.
29. Aprofundando a experiência da proximidade de Deus na existência humana como explicação para as realidades aparentemente contraditórias ou sem sentido que preenchem as razões de tanto sofrimento humano, para o mistério da dor e do mal, para a contingência vital do corpo e para os limites da compreensão humana.
30. Sensibilizando para a aceitação do crescimento humano como interiorização da dignidade humana, na realização pessoal e na aspiração ética a uma vida realizada.
31. Valorizando o percurso da vida humana como a realização do mistério da simplicidade e grandeza a que o homem é convocado por Deus, no dom gratuito de si, na comunhão plena que une toda a humanidade.

1.17. Educar e formar com futuro

32. Proporcionando hoje os conteúdos, meios, instrumentos, estratégias, pedagogia e didática que se ajustem aos desafios futuros da sociedade, reconhecendo que o saber científico, o conhecimento técnico e as competências adquiridas se encontram num processo de renovação e superação contínuas.
33. Advertindo para a crescente necessidade de formação especializada, formação contínua, permanente inovação e abertura ao novo, flexibilidade e pluralidade de competências, perante a transformação do mercado de trabalho, a mudança de perfil do profissional competente, a versatilidade necessária para defrontar os novos desafios culturais e sociológicos e as capacidades cada vez mais complexas e completas exigidas pelas novas técnicas e ciências emergentes.
34. Suscitar no aluno a necessidade de familiarizar-se com metodologias exigentes, sistematizadas e produtivas de trabalho, recorrendo ao rigor de análise, ao sentido crítico, ao trabalho de grupo, à investigação organizada, à inovação, como princípios metodológicos geradores de qualidade de trabalho e qualidade profissional, ante os desafios de seletividade e de excelência emergentes no mercado de trabalho.

1.18. Educar pela a cidadania

35. Desenvolvendo o conhecimento, a compreensão, as capacidades, as atitudes e os valores que ajudem o aluno a desempenhar um papel ativo na comunidade local,

regional, nacional, internacional, estando informado e consciente dos seus direitos, responsabilidades e deveres e compreendendo que pode ter influência e marcar a diferença na respetiva comunidade de pertença.

36. Fomentando a responsabilidade social e moral do aluno, através da aprendizagem da autoconfiança e de comportamentos social e moralmente responsáveis, dentro e fora da sala de aula, perante a autoridade e perante si próprios.
37. Estimulando a participação do aluno na comunidade, levando-o a aprender como tornar-se útil na vida e nos problemas que afetam as comunidades de pertença, através das quais também aprende.
38. Sensibilizando o aluno para a literacia política, aprendendo acerca das instituições, problemas e práticas da democracia e das formas de participar efetivamente na vida política, social, comunitária e eclesial, em diferentes níveis de compromisso, segundo as capacidades, valores e conhecimentos que essa participação envolve.
39. Consciencializando o aluno de que a sociedade depende de cidadãos que sejam conscientes dos seus direitos e responsabilidades, informados acerca dos temas políticos e sociais, preocupados com o bem-estar dos outros, coerentes nas suas opiniões e argumentos, influentes através da sua ação, ativos na vida da comunidade e responsáveis na sua ação cívica.
40. Educar pelo movimento, destacando a relação existente entre a motricidade, a mente e a afetividade, que facilita a abordagem global, influenciando na formação e na prevenção de dificuldades educacionais. As crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos ampliando as possibilidades de uso significativo de gestos e posturas corporais.

b. Conceção de Saber

41. A conceção de saber *constitui a base de todos os conhecimentos*, capacidades, atitudes e estratégias a proporcionar ao aluno, que devem ser orientados para a ação, sem formarem um corpo meramente teórico, mas um saber cognoscitivo contextualizado, capaz de garantir a interpretação e compreensão da realidade circundante. A conceção do saber deduz-se dos objetivos educativos de forma transversal, atravessando os modos convencionais de organização disciplinar do conhecimento cognoscitivo, tornando os saberes básicos inteligíveis à luz das propostas educativas apresentadas neste projeto.
42. A conceção de saber, preconizada neste projeto, *salvaguarda o aprender a aprender* como o fundamento para aprendizagens autónomas, implicando o desenvolvimento de estratégias cognitivas e também de estratégias metacognitivas, como sejam a reflexão crítica ou a monitorização dos próprios processos de aprendizagem. Este é, indubitavelmente, um saber nuclear: sem “aprender a aprender” não há aprendizagem ao longo da vida.
43. A conceção de saber valoriza a *capacidade de comunicar adequadamente*, de saber usar diferentes suportes e veículos de representação, simbolização e comunicação. Entre as vertentes abrangidas por esta competência, destacam-se o domínio da língua materna, de duas línguas estrangeiras, o uso da imagem e expressão corporal

para fazer-se entender pelos outros e a exploração das TIC como meio de comunicação, quer presencial, quer à distância.

44. A conceção de saber *valoriza uma cidadania ativa e autónoma*, expressa no agir responsabilmente sob o ponto de vista pessoal e social. É a vertente axiológica dos saberes que tem a ver com o agir, num quadro ético de responsabilidade, solidariedade e tolerância.
45. A conceção de saber *desenvolve o espírito racional*, ou seja, a capacidade para emitir uma opinião pessoal com base em argumentos. Trata-se de uma competência que não se desenvolve em abstrato, mas faz apelo a conhecimentos multidisciplinares. Representa um contributo importante para o exercício pleno da cidadania, nomeadamente porque leva as pessoas a procurarem as razões sobre o estado das coisas e, como tal, envolve escolhas e opiniões refletidas.
46. A conceção de saber *capacita para resolver situações problemáticas e conflitos*, competência transversal que envolve estratégias diferenciadas, como sejam as relativas à tomada de decisão, a processos de pesquisa, à transferência e integração da informação e ao desenvolvimento de competências de mediação, negociação e de assunção do risco.

c. Conceção Pedagógica

1.19. Modelo Pedagógico

47. A pedagogia é compreendida, neste projeto, segundo o princípio de que todo o processo de aprendizagem acontece a partir da realidade do aluno, com a finalidade de compreendê-la, construir conhecimento e transformá-la. Considera-se a realidade educativa não como um fim em si mesmo, mas como um subsídio para encontrar novas verdades e novas soluções. Desta forma, o aluno é o protagonista nesse processo, cabendo-lhe a descoberta, a participação, a autonomia e a iniciativa. Acredita-se na possibilidade da formação do aluno com a capacidade de questionar, experimentar e avaliar, com sentido crítico e vontade transformadora, que entende o processo da sua formação como um direito de cidadania.
48. **Pedagogia humanista** – A tradição pedagógica do CDDS, desde a sua fundação, desenvolve-se a partir da experiência e da reflexão educativas, centradas no entendimento dos alunos como sujeitos ativos do processo educativo e em favor dos quais se ordena todo o trabalho da Comunidade Educativa, os recursos, projetos e ações educativas
49. **Pedagogia integral** – Pretende-se que todos os esforços e trabalhos pedagógicos favoreçam o crescimento total do aluno: não só a aprendizagem, a aquisição de informação e conhecimento de dados, as destrezas e competências, os métodos e os hábitos, mas também atenda às demais dimensões humanas do aluno, segundo as suas necessidades, e que favoreça o ambiente de amadurecimento humano.
50. **Pedagogia da presença** – A pedagogia da presença está comprometida em transformar o acompanhamento individual do aluno numa vigilância preventiva e numa relação de proximidade que implica “estar com”, “estar próximo”, “estar com alegria e dedicação”, sem restringir ou inibir, sabendo que o acompanhamento é

educação para a autonomia, para a liberdade, para a responsabilidade e para o melhor conhecimento do aluno.

51. **Pedagogia da sobriedade** – A simplicidade nas atitudes, no consumo e nas relações humanas orienta-se para a educação sobre a essência dos valores da vida, preterindo comportamentos duplos, construídos sobre a aparência e o exibicionismo, bem como a personalidade falsa ou a inversão de valores.
52. **Pedagogia familiar** – O ambiente, a relação e a interação dos membros da Comunidade Educativa adotam o modelo familiar, que se traduz no tratamento e acolhimento de cada aluno com simplicidade e diálogo, com respeito e carinho, proporcionando-lhe os meios, os momentos e os espaços para uma boa integração escolar.
53. **Pedagogia do trabalho** – A pedagogia do trabalho é a expressão de que o ser humano se realiza pelo seu esforço, pelo rigor, pela exigência, pela conquista e pelo vencimento de obstáculos, robustecendo e fortalecendo, por esse meio, o caráter, a resistência e a constância, diante das dificuldades, a confiança em si mesmo, perante desafios maiores, ultrapassando a indolência e a tentação para a facilidade excessiva, com personalidade empreendedora e espírito de iniciativa.
54. **Pedagogia participativa** – A participação é proposta como uma pedagogia na qual o educando se transforma no construtor do seu próprio crescimento, se assume como o protagonista do processo educativo, aprendendo a ser interventivo, ativo e responsável por si, pelas suas escolhas, decisões e ações, implicando-se na ação educativa pessoal, do grupo e da comunidade.
55. **Pedagogia do testemunho e do exemplo** – Promove-se o testemunho e o exemplo individual como um fator construtivo e promotor do bom ambiente educativo, de tal modo que o aluno tome consciência de que o bem coletivo resulta do contributo individual de cada um e do compromisso de produzir comportamentos, atitudes, relações e ações modelares.
56. **Pedagogia de vida** – O processo educativo está orientado para a vida, a qual é o lugar da formação contínua do aluno. Por isso, a vida não é um lugar distante ou futuro, mas o espaço onde os saberes e conhecimentos se enquadram, ganham sentido e vinculam o aluno à relação entre o saber e a existência. Isto requer uma capacidade de adaptação, tanto a nível de conteúdos como de métodos, para garantir ao aluno os instrumentos necessários de síntese e enquadramento, evitando as experiências de aprendizagem alheias à realidade.
57. **Pedagogia solidária** – A mundividência da solidariedade alargada, concreta e, também, próxima, constitui uma importante sensibilidade perante as situações de pobreza, limites e injustiças que surgem no contexto social. Isso sugere um estilo pedagógico marcado pela preferência e proteção do mais débil, através da delicadeza, da entrega generosa, pela não discriminação, pelo saber dissimular as dificuldades alheias e pelo incentivo em ajudar a superá-las. Prestar atenção aos alunos com maiores dificuldades é criar estruturas de apoio, grupos de recuperação e ajuda mútua, e estimular, paciente e atenciosamente, os que mais necessitam de recuperação.

58. **Pedagogia prospetiva** – Sendo o saber e a educação resultado de processos presentes, a motivação e formação dos alunos está sempre orientada para o futuro no sentido de lançar hoje os princípios, valores e compromissos que projetam a pessoa no futuro. Sendo a formação cada vez mais alargada, plural e continua, importa evidenciar neste tempo a sua condição de alicerce de um complexo processo que se projetará necessariamente no porvir, com todas as condicionantes de superação permanente, atualização, desafio ante a inovação e renovação de arquétipos, mentalidades, metodologias e saberes.
59. **Pedagogia de método** – O estudo e formação deverão proporcionar uma autodescoberta das capacidades de organização, sistematização, investigação e aplicação dos saberes. Sendo importantes a multiplicidade e a consistência dos saberes, eles deverão sempre resultar de passos metodológicos que se consolidam mediante processos de descoberta, repetição, inovação, memorização, reflexão, de crítica e raciocínio, que constituem a aprendizagem sistemática que cada aluno descobrirá por si próprio, de modo ajustado à sua realidade.
60. **Pedagogia da descoberta** – Baseia-se nos princípios de raciocínio indutivo e/ou dedutivo e no valor pedagógico do erro no processo de ensino-aprendizagem. A colocação de um problema provoca perplexidade, confusão ou dúvida. O aluno é tentado a encontrar o seu equilíbrio pela busca de uma solução para resolver o problema apresentado.

1.20. Estratégias pedagógicas

61. Na sequência do modelo pedagógico preconizado, definem-se as ações e estratégias pedagógicas prioritárias que concretizem, de modo personalizado e coerente, os objetivos pedagógicos enunciados, ressalvando que a adequação das mesmas ao aluno será sempre ponderada, quer através da sua articulação conjunta, quer através da inclusão de outras estratégias inovadoras, para além das que se enunciam:
- Adotar uma pedagogia personalizada, dinâmica e ativa que fomente a iniciativa, a criatividade e a busca da verdade.
 - Equilibrar os trabalhos teóricos com os trabalhos práticos.
 - Exercitar a análise e crítica de conteúdos, capacitando para o discernimento, as convicções e tomadas de decisão.
 - Aprender a trabalhar em grupo, em colaboração e de forma coordenada, desenvolvendo a reflexão coletiva e o confronto de ideias.
 - Acentuar a relevância da assimilação das técnicas de aprendizagem sobre a dimensão quantitativa e desconexa de acumulação de conteúdos.
 - Programar e sequencializar as estratégias, tendo em conta as necessidades do aluno, para proporcionar a aprendizagem possível e pertinente.
 - Prestar atenção aos conteúdos programáticos e ao grau de maturidade do aluno, para adaptar o processo às suas atuais capacidades e interesses.

- Ressaltar a integração e o relacionamento possível dos diferentes conteúdos programáticos intra e pluridisciplinares, para poderem ser melhor apreendidos pelo aluno.
- Conceber a avaliação como processo, método e instrumento de consolidação do desenvolvimento da pessoa, como indivíduo e como membro apto de um grupo e comunidade.
- Suscitar uma atitude dinâmica de progressão, aberta à necessidade de progressão contínua, através da maturação e aprofundamento dos conhecimentos que preparem para a evolução e adaptação à mudança, como constantes da vida.
- Humanizar e harmonizar os processos, métodos e as estratégias, valorizando a aprendizagem como um processo construtivo de êxitos.
- Desenvolver condições para o surgimento de relações de afinidade e amizade e uma cultura de autoridade sem afirmações de autoritarismo, dogmatismo e intransigência.
- Suscitar um ambiente que possibilite ao aluno sentir-se feliz no seu trabalho, nas relações com os professores e colegas, em todas as atividades da Comunidade Educativa.
- Integrar conteúdos da fé e da cultura, convertendo-os em valores e normativos éticos e morais da vida pessoal.

1.21. Avaliação

62. A avaliação é uma componente que faz parte do processo educativo e que, acima de tudo, se constitui como um elemento integrante e regulador da prática educativa. A regulação é um ato intencional que contribui diretamente para a progressão da aprendizagem esclarecendo-se que a principal função da avaliação é melhorar e regular o processo de ensino-aprendizagem. Consequentemente, compete às escolas, aos professores e aos alunos melhorar o que se aprende e como se aprende. As práticas de avaliação devem permitir conhecer bem os saberes, as atitudes, as capacidades e a fase de desenvolvimento dos alunos e proporcionar-lhes indicações claras sobre o estado em que se encontram relativamente a um dado referencial de aprendizagem e desenvolvimento de ações.
- a. A avaliação enquadra-se, pedagogicamente, na perspectiva de processo do ensino-aprendizagem, constituindo um momento de análise da interação docente-aluno, relativamente aos conteúdos programáticos, aos objetivos educativos, às metas educativas e ao êxito global de todo esse processo. A avaliação tem a função pedagógica de qualificar a evolução do processo educativo em que o aluno está enquadrado e identificar o desempenho do aluno e do docente, tendo como referência os objetivos educativos do PEE.
- b. Avaliar é uma operação que consiste em estimar, apreciar, emitir um juízo de valor ou conferir uma importância determinada a uma pessoa, a um processo... e/ou a um todo a partir de informações qualitativas e/ou quantitativas e de critérios precisos, visando a adoção de uma decisão, ou seja, mais especificamente, a atribuição de um valor a um resultado, situando e/ou posicionando este último

relativamente a um critério ou uma norma de comparação num quadro de referência eleito para o efeito.

- c. Avaliar não é só mensurar. Avaliar é recolher, organizar e interpretar informações, uma vez que este tipo de avaliação é, numa perspetiva geral, o processo que visa apreciar objetivamente todos os aspetos associados diretamente às aprendizagens – o rendimento e as características dos sujeitos aprendentes, os programas, o ensino, a avaliação, a gestão do ensino e da aprendizagem, o pessoal e os estabelecimentos de ensino –, e procura, por conseguinte, produzir um juízo de valor sobre um resultado obtido. Mensurar é recolher resultados ou outros indícios que permitam proceder à descrição quantitativa dos conhecimentos, das capacidades e/ou das habilidades de um sujeito aprendente, correspondendo, por conseguinte, à primeira etapa do processo de avaliação pedagógica.
- d. Avaliar integra os processos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, o termo de suporte respetivo designa toda a atividade que visa analisar e interpretar os resultados ou indícios facultados pela mensuração para que possam ser adotadas as decisões apropriadas às circunstâncias da situação educativa em causa. No processo que visa apreciar objetivamente o rendimento escolar e as dificuldades de aprendizagem de um sujeito aprendente por referência a objetivos específicos, para que seja possível tomar decisões acertadas no quadro da planificação do processo de formação escolar desse sujeito aprendente, esse juízo de valor corresponde à etapa central do processo de avaliação pedagógica, uma vez que esse juízo de valor consiste em atribuir um parecer sobre a progressão ou o estado de realização das aprendizagens à luz das informações recolhidas.
- e. Avaliar as aprendizagens é apreciar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de um sujeito aprendente e tem por objeto determinar em que medida foram alcançados os objetivos educativos.
- f. Não se podem confundir os conceitos de interpretação criterial e interpretação normativa. A interpretação criterial de uma mensuração conduz à tomada de decisões referentes à aprendizagem do sujeito aprendente e ao seu processo de formação escolar. A interpretação normativa de uma mensuração conduz à tomada de decisões relativas à aprendizagem em geral, à classificação numa perspetiva de seriação e à sanção dos estudos.
- g. A avaliação criterial não emite um juízo de valor sobre a mensuração executada, mas procede a uma comparação por referência ao critério, situação essa que conduz à constatação de que a avaliação criterial é uma interpretação criterial da mensuração, isto é, a tradução, em termos de rendimento, do resultado de uma mensuração, sendo que essa tradução permite estabelecer o nível de aprendizagem de um sujeito aprendente por referência a objetivos de aprendizagens.
- h. A interpretação criterial apenas se pode verificar de forma exclusiva antes do processo de aprendizagem e, eventualmente, em situações de avaliação periódicas intercaladas nesse processo de aprendizagem. A conjugação da interpretação criterial e da interpretação normativa devem ocorrer no início, no decorrer e no final do processo de aprendizagem, na medida em que, no quadro da Educação, a mensuração, por um lado, é indireta e relativa, porquanto apenas é possível registar a manifestação externa do rendimento do sujeito aprendente e não existe

nem zero absoluto, nem perfeição absoluta; por outro lado, tem de apresentar duas qualidades essenciais, isto é, a exatidão e a precisão, sendo a primeira qualidade objetiva, na medida em que é definida pela sua conformidade com um fenómeno exterior, e a segunda qualidade subjetiva, uma vez que é definida pela constância de reação do sujeito aprendiz, quadro complexo esse que conduz à constatação de que a mensuração do desenvolvimento do sujeito aprendiz e do seu rendimento escolar é indireta, porque não se procede à mensuração do objeto propriamente dito, mas sim à sua manifestação e/ou às suas características, e relativa, porque, ao ser precisamente indireta, não pode (ou não consegue) considerar todas as possibilidades do sujeito aprendiz.

- i. A avaliação abrange um período relativamente extenso de aprendizagem e uma pluralidade de aspetos do desenvolvimento pessoal e do rendimento do sujeito aprendiz no quadro de associação, conjugação, concertação... e/ou de integração de disciplinas homólogas e/ou diferentes, sendo de sublinhar que, no âmbito dos Sistemas Educativo, em geral, e Escolar, em particular, nacionais, essa avaliação global, no Ensino Secundário contemporâneo, deve ser objeto de execução – de acordo com o dispositivo normativo correspondente – não apenas no plano de cada ano de escolaridade, mas também no plano do conjunto dos anos de escolaridades constituintes do nível de ensino respetivo.
- j. Deve dar-se primazia e exclusividade à denominada avaliação normativa em detrimento da designada avaliação criterial, tendo em conta o carácter obrigatório e reciprocamente complementar da avaliação criterial e da avaliação normativa no quadro da avaliação das aprendizagens, carácter esse que assenta nos referenciais docimológicos contemporâneos.

1.22. Modalidades

63. Avaliação diagnóstica

- A avaliação diagnóstica, aplicada no início ou ao longo do ano letivo em articulação com a avaliação formativa, envolve a descrição, a classificação e a determinação do valor de algum aspeto da aprendizagem do aluno. Uma vez identificadas as características do aluno e verificada a sua situação em relação ao que se espera dele no decorrer do ano letivo, é possível reconstituir os conceitos, factos, competências e atitudes que necessitem de intervenção pedagógica.
- A função da avaliação diagnóstica é conhecer o aluno: fazer uma sondagem, projeção e retrospção da situação de desenvolvimento do aluno, ajustar o programa da disciplina às condições do aluno, efetuar a autoavaliação do que o aluno sabe ou não, saber como está o nível de conhecimentos do aluno para relacionar com os novos conhecimentos e investigar as causas das dificuldades.

64. Avaliação Formativa

- A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem durante o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Esta modalidade situa-se no centro da ação educativa, ao caracterizar-se como informativa (informa os intervenientes do processo educativo); reguladora (corrige a ação, modificando-a quando for necessário) e

propositiva (conhecidas as dificuldades do aluno e as condições, elaborar-se-á um proposta de ajustamento do ensino ao discente).

- Essa modalidade de avaliação, além de fornecer dados sobre o progresso da aprendizagem do aluno, contribui significativamente para o professor adequar os seus procedimentos de ensino às necessidades da turma. De uma forma ou de outra, ela cumpre a finalidade de aperfeiçoar o processo do ensino-aprendizagem. Neste sentido, a avaliação fornece feedback no processo de ensinar e aprender.

65. Avaliação Sumativa

- A avaliação sumativa constitui um momento de análise e síntese das informações recolhidas no decorrer do período, por isso é a avaliação da comprovação, pois as pretensões educativas sobre a aprendizagem concretizam-se por meio das atividades de instrução.
- Esta avaliação configura-se como relevante para verificar se as aquisições de conhecimentos, as competências e atitudes estabelecidas para a formação do aluno foram conseguidas. Cabe ao professor ver o aluno como um todo desde o diagnóstico inicial, passando pelos diferentes momentos avaliativos realizados durante o processo educativo até ao momento desta avaliação.

66. Auto e coavaliação

- A autoavaliação ajuda o aluno a posicionar-se face ao conhecimento e é potenciadora de autorresponsabilização.
- Efetua-se, no final do terceiro período em todas as disciplinas, sendo registada pelo aluno num documento. Os professores são responsáveis pela recolha da ficha de autoavaliação.
- A coavaliação entre pares é um processo de regulação que implica colocar o aluno em situações de interação, confronto e decisão, obrigando-o a explicar, a argumentar, a dar ou receber informação, tendo em vista apoiar o outro e receber ajuda dos pares no processo de avaliação.

1.23. Funções

67. Gerais

- Fornecer as bases para a planificação educativa.
- Possibilitar a seleção e a classificação dos alunos.
- Ajustar as políticas e práticas curriculares.

68. Específicas

- *Função diagnóstica*
 - Verificar se o aluno apresenta ou não determinados conhecimentos ou habilidades necessários para aprender algo novo (pré-requisitos).
 - Identificar, discriminar e caracterizar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem para planificar a recuperação.

- Comprovar a viabilidade das propostas educativas em que se baseia o currículo.
- Obter informações sobre o rendimento do aluno.
- *Função formativa ou de controlo*
 - Informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades educativas.
 - Melhorar o ensino e a aprendizagem.
 - Localizar, apontar e discriminar deficiências ou insuficiências no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a fim de eliminá-las.
 - Propiciar informação sobre as ações educativas.
- Função classificatória
 - Classificar o aluno segundo o nível de aproveitamento ou rendimento alcançado.
 - Buscar uma consciência coletiva quanto aos resultados alcançados.
 - Avaliar se as lacunas de aprendizagem realmente desapareceram e em que nível o conhecimento ocorreu.

1.24. Princípios pedagógicos da avaliação

69. Os princípios pedagógicos da avaliação decorrem da conceção educativa explícita neste PE e pretendem auxiliar a elaboração dos objetivos que, por sua vez, fornecem ao professor as indicações dos avanços e das dificuldades dos alunos e de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la, contribuindo para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.
70. **A avaliação é um processo sistemático** – A sistematização na avaliação é necessária e importante, para que não corra o risco de ser espontânea e improvisada. A responsabilidade do professor não é aplicar instrumentos apenas para a atribuição da classificação ou nível. A função avaliativa é muito maior do que cumprir apenas uma norma administrativa. O professor deve elaborar instrumentos de avaliação tão diversificados quanto forem os itens a serem avaliados. Isso requer planificação e sistematização permanentes para que a avaliação ocorra de forma ajustada.
71. **A avaliação é um processo contínuo** – O princípio refere-se à relação intrínseca entre produto educativo e processo educativo, evidenciando o processo de capacitação do aluno como um conjunto de momentos, de esforços, conquistas que vão demonstrando o modo e a intensidade com que o aluno interioriza e assimila os conteúdos programáticos e o método de aprendizagem próprio, desenvolvido e aperfeiçoado. A continuidade da avaliação acentua a importância da relação permanente desses dois fatores, produto e processo de aprendizagem, e o modo como se influenciam mutuamente ao longo de um determinado percurso educativo. A avaliação necessita de resultados, que são o produto da ação de ensino-aprendizagem, e necessita, também, do processo de aprendizagem, pois é por meio dele que o aluno atinge os resultados desejados. O processo e o resultado são duas

facetas do mesmo objeto: a prática pedagógica. Resultados efetivos dependem de processos de aprendizagem consistentes.

72. **A avaliação é funcional** – A avaliação é funcional porque se realiza em função dos objetivos. Os objetivos estabelecem os parâmetros e as prioridades do que é essencial e do que é secundário no ensino, para, posteriormente, ser incluído na avaliação. Na prática, essa relação não é linear e fechada. Posto que a condição da sala de aula e o ensino são processos dinâmicos, o professor deverá prestar atenção à necessidade de reformular os objetivos sempre que advertir que eles não estão coerentes e adequados à turma e aos conteúdos programáticos. Esse caráter dinâmico, flexível e, ao mesmo tempo, funcional dos objetivos, é que norteia a avaliação e reorienta a prática docente conforme os resultados conseguidos.
73. **A avaliação é orientadora** – A avaliação é orientadora porque aponta, por um lado, para os resultados em termos de avanços e dificuldades do aluno, auxiliando-o a vislumbrar as suas possibilidades, e orientando-o no sentido de alcançar os objetivos propostos. Por outro lado, orienta o professor a manter condutas e opções educativas ou reformula-las, pondo em prática procedimentos alternativos, quando estes sejam necessários.
74. **A avaliação é integral** – A avaliação é integral, pois considera o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. Assim, ela deve evitar privilegiar um aspecto em detrimento de outros, respeitando os critérios específicos de avaliação. Para além da complexidade do aluno em si, como sujeito, é preciso levar em conta, igualmente, as múltiplas dimensões do ensino em cada área de conhecimento.
75. **A avaliação é inclusiva** – A avaliação torna-se inclusiva quando aplica o princípio educacional da igualdade de oportunidades e garante a aprendizagem ao longo da vida. Isto supõe abandonar os preconceitos sobre a incapacidade do aluno em aprender e acreditar que existem ritmos, formas e tempos diferentes de aprendizagem. Avaliar para incluir é ser capaz de disponibilizar ao aluno as condições objetivas e subjetivas adequadas para a aprendizagem.
76. **A avaliação é qualitativa e quantitativa** – A abordagem qualitativa busca compreender o que os professores ensinam e o que os alunos aprendem, o que não pode ser percebido somente através dos testes de avaliação padronizados convencionais. A ênfase está na busca de informações que sirvam para entender casos específicos e não na busca de informações generalizáveis e comparáveis. A abordagem quantitativa enfatiza a quantificação para descrever o objeto que está a ser avaliado. Nesta abordagem, o grau de conhecimento do aluno é medido a partir das respostas certas ou erradas de critérios previamente estabelecidos. O desafio de cada professor está em garantir o equilíbrio na escolha das abordagens metodológicas de avaliação quantitativa e qualitativa, pois ele irá influenciar na seleção dos instrumentos de avaliação a serem utilizados por si. Tais abordagens devem servir de referência para aquilo que o professor irá desenvolver durante as aulas, visando evidenciá-las no modo de avaliar os seus alunos.
77. **A avaliação é relacional** – A avaliação deve garantir ao aluno o direito de aprender consigo mesmo, com os outros e com os objetos do saber. Nada do que ocorre na sala de aula pode ser reproduzido, pois cada aluno atribui à aula e aos ensinamentos do professor um sentido que é único para ele. Os múltiplos relacionamentos da

convivência são estruturantes do modo de pensar e reagir em relação ao conhecimento apresentado.

78. **A avaliação reflete a unidade de objetivos, conteúdos e métodos** – A planificação do professor deve demonstrar a unidade de objetivos, conteúdos, métodos e avaliação em todo o processo didático. Os objetivos explicitam conhecimentos, competências e atitudes, operacionalizados por meio da metodologia adequada, pela definição da compreensão e assimilação que devem ser manifestados por meio de exercícios, testes de avaliação formal, trabalhos, fichas e pesquisa. A clareza dos objetivos, associada à adequação metodológica e aos instrumentos de avaliação, amplia a possibilidade do processo didático ter a unidade desejável.
79. **A avaliação contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades** – Toda e qualquer atividade de avaliação deve servir de referência para que o aluno se descubra nas suas potencialidades. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser um elemento de construção do conhecimento, para propiciar o desenvolvimento de competências, do saber pensar, argumentar e organizar, cumprindo, assim, com a finalidade de educar para a cidadania pessoas conscientes do seu papel social.
80. **A avaliação deve focalizar-se nas ações de aprendizagem dos alunos** – Na elaboração dos objetivos, torna-se necessário pensar nas formas de avaliação correspondentes às expectativas que o professor tem em relação ao alcance do aluno. Essa ligação entre os objetivos e a avaliação determina o tipo de procedimento que deve ter o professor na proposta de atividades a desenvolver pelo aluno. Não existe conhecimento sem sujeito cognoscente, cultural e biologicamente situado. Entre as dinâmicas mais surpreendentes do desenvolvimento humano está a habilidade infinita de aprender e conhecer.
81. **A avaliação deve ser objetiva** – A avaliação deve ser capaz de fornecer uma imagem correta sobre as condições do aluno. Uma avaliação é objetiva quando elimina ou reduz, tanto quanto possível, a subjetividade do professor. Isso não significa excluí-la, já que ela está sempre presente na relação pedagógica – o cuidado a ser tomado é para que a subjetividade não comprometa as exigências objetivas. A fim de garantir a objetividade, o professor deve proceder à elaboração de registos sistemáticos sobre aspectos observados no aluno, elaborar e aplicar instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação e discutir com os demais professores as análises e as percepções sobre a turma.
82. **A avaliação deve ajudar a autopercepção do professor** – A avaliação é também um referente dos esforços do professor, explícitos nos resultados que o professor constata no decorrer do processo. Ele faz inferências, ou para retomar o que está a ser trabalhado, ou para prosseguir. Esse estado de vigilância, no painel de controlo das ações, possibilita ao professor o desenvolvimento da sua capacidade percetiva sobre aquilo que realiza. Esse mecanismo de ação e reflexão, deve ser realizado pelo professor e pelo aluno conjuntamente, para recuperar a trajetória percorrida e apontar novos rumos para as ações. Essa avaliação da tarefa educativa é de fundamental importância para evidenciar uma postura de confiança e compromisso do professor com o seu autoconhecimento e com o dos seus alunos.
83. **A avaliação reflete o modo de pensar do professor em relação aos alunos** – As atitudes de um professor são reveladoras das suas crenças e valores, identificadas

pelas características das suas ações. A avaliação constitui-se num ato pedagógico que demonstra não só a competência técnica do professor, mas, sobretudo, o seu compromisso ético e social com a formação do aluno. Ao efetuar a apreciação dos resultados da avaliação, o professor julga o aluno nos seus aspetos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos – e nesse juízo mostra as suas qualidades de educador, na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos, face às exigências sociais.

d. Didática

84. A opção didática geral, que se depreende com coerência dos objetivos e modelos educativos enunciados neste projeto, propõe-se investigar os fundamentos, as condições e os modos de concretizar o processo educativo a partir da finalidade de aprender, encontrar respostas, criar novos entendimentos e procedimentos educativos inovadores. Sem prejuízo de aspetos específicos conformadores e próprios das diferentes áreas disciplinares, enunciam-se os princípios didáticos prioritários que se identificam com este projeto educativo.
85. Promoção de uma aprendizagem inovadora: isto significa que a aprendizagem está relacionada com a melhoria das práticas educativas, em sentido amplo, portanto, para melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos, a qualidade da sua formação e a qualidade da experiência educativa.
86. Aprendizagem integradora de compromissos: o que sugere a cooperação e comunicação entre competências diferentes e âmbitos de conhecimentos distintos.
87. Aprendizagem globalizada, pela qual se adquirem técnicas, competências sociais e a capacidade de organização de modo integrado e contínuo.

IV. ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE COMPROMISSO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

e. Identidade da Comunidade Educativa

88. De acordo com o IE e os princípios educativos definidos neste PEE, o CDDS é uma Comunidade Educativa organizada e participativa, na qual estão definidas, claramente, as diferentes funções de compromisso, as responsabilidades e trabalhos de cada um dos seus membros, os modelos e níveis em que as relações profissionais e humanas se estabelecem e as formas de participação na vida coletiva da comunidade.
89. A matriz comunitária do CDDS salvaguarda, por isso, que todo o processo educativo seja partilhado ativamente por alunos, famílias, docentes, pessoal não docente e direção, dado que o mesmo processo será mais eficaz, produtivo e inovador através dessa dinâmica participativa e interativa das pessoas e grupos que, direta ou indiretamente, tomem parte nele.
90. A Comunidade Educativa é uma construção contínua e permanentemente renovada através do ambiente familiar que a congrega, concretizado no relacionamento institucional com os familiares dos alunos, nas inter-relações dos alunos entre si, nas formas e níveis de comunicação dos alunos com os docentes, na cooperação dos docentes entre si, nas relações dos alunos com o pessoal não docente, nas relações

dos órgãos de direção com toda a comunidade. Entre todos os membros da comunidade, a forma de acolhimento, a delicadeza de trato, a atenção, a presença, a correção de linguagem, a delicadeza e afeto da relação evidenciam a identidade específica da Comunidade Educativa.

91. A identidade da Comunidade Educativa afirma-se, sobretudo, pela adesão, partilha e comunhão do mesmo Ideário Educativo e do mesmo Projeto Educativo de forma deliberada, assumida e livre, aceitando e assimilando os seus valores e princípios como causa educativa própria, à qual se reconhece razão valorativa, pertinência técnica, metódica e científica, qualidade formativa e garantia de integridade educativa, convergindo nas convicções, intenções e objetivos educativos.

f. Organização da Comunidade Educativa

1.25. O aluno

1.26. O aluno é o centro da Comunidade Educativa

92. O aluno é o principal sujeito e protagonista do processo educativo e a razão de ser da existência da Comunidade Educativa, pelo que toda a organização, ação, projetos e estratégias educativas se ordenam ao seu bem último, ao favorecimento do seu crescimento saudável e integral e à sua boa integração na Comunidade Educativa.
93. A motivação educativa contínua do aluno, interior e exterior, é a melhor forma de proporcionar-lhe uma boa integração, de modo a que as suas expectativas, gostos, formas de realização e opções futuras sejam devidamente atendidas e facilitadas dentro das possibilidades reais da Comunidade Educativa.
94. A motivação do aluno decorre do papel efetivo que assume na participação da dinâmica educativa do CDDS, intervindo ativa e proporcionalmente de acordo com a idade, exercitando as capacidades, as oportunidades adequadas, os papéis ou funções atribuídas, de tal sorte que a participação, sob modalidades diversas, seja realmente formativa, eduque para a responsabilidade e competência, para a solidariedade e respeito mútuo, motive para a justiça e a verdade e se torne profundamente integradora.
95. Na participação e integração do aluno, será relevante a plena consciência de que ele é hoje o beneficiário de uma tradição educativa que lhe é oferecida pelo CDDS e que, por isso mesmo, ele é hoje, também, chamado a ser construtor desta comunidade que o recebe e na qual ele se integra, acrescentando à memória educativa histórica que recebe a sua marca educativa contemporânea.

1.27. Adequações educativas às singularidades do aluno

96. O aluno, face ao seu processo educativo, é recebido, considerado, educado e atendido em termos de igualdade em relação aos demais alunos do CDDS, sendo-lhe proporcionadas as mesmas garantias educativas, beneficiando de forma paritária de todas as estruturas organizativas da Comunidade Educativa, tendo acesso igual a todos os meios e recursos educativos e podendo partilhar do espaço da Comunidade Educativa de acordo com as orientações e indicações estipuladas no RI.
97. O princípio da igualdade não obsta a que, no respeito pela singularidade de cada aluno, ele seja tratado com especial acuidade quando as suas necessidades de

proteção física, psíquica, de saúde, motoras, pontuais ou temporárias, requererem da Comunidade Educativa atenção positivamente diferenciada.

98. No processo educativo, o aluno que necessite de apoio organizativo ou funcional, face às necessidades educativas especiais que sejam sinalizadas, aos diferentes ritmos de aprendizagem, às descompensações educativas ou outras que se configurem como relevantes, disporá de formação que lhe proporcione um desenvolvimento integral, uma formação técnica, científica e metodológica adequadas, de modo a serem salvaguardados os princípios da justiça e equidade de oportunidades, a boa integração na Comunidade Educativa e o seu sucesso educativo.
99. A necessidade de apoios especializados, nos diferentes graus de ensino, por parte de algum aluno com limitações significativas ou profundas relativamente à atividade e participação num ou vários domínios da vida, que impliquem alterações estruturais relevantes, de caráter permanente, dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, serão devidamente avaliadas pela Direção do CDDS na medida da existência de condições materiais e funcionais existentes. O CDDS empenhar-se-á em reunir os meios de forma a poder cumprir, futuramente, aqueles desígnios, na sequência das propostas que sejam efetuadas pelas estruturas representativas da Comunidade Educativa.

1.28. Adequações curriculares às necessidades especiais do aluno

100. Com as adequações curriculares específicas pretende-se, através de percursos diferenciados, em função das características de aprendizagem e das dificuldades específicas do aluno, e de forma a responder às suas necessidades, possibilitar o desenvolvimento das competências definidas para cada disciplina ou ciclo de escolaridade. As adequações efetuam-se através da introdução de objetivos ou de conteúdos não definidos no plano de estudos dos restantes alunos, com o propósito de funcionarem como mediadores ou como plataforma educativa para a aquisição de competências que os restantes alunos adquirem sem necessidade desse suporte.
101. De entre os fatores determinantes a ter em conta pelo CDDS na adequação curricular, distinguem-se as características do aluno, o PE e os recursos humanos existentes. É da natureza de cada um destes fatores que se determinará o grau de especificidade das adequações curriculares: significativas e não significativas. Os dois tipos de adequações curriculares não se excluem mutuamente, fazendo parte de um mesmo processo, ou seja, o da individualização do currículo perante as necessidades educativas especiais. As adequações curriculares previstas neste PEE são relativas ao nível das Adequações Curriculares Individualizadas, que se referem a casos de alunos específicos que necessitam de uma adequação muito particularizada, e ao nível das Adequações Curriculares de Turma, dirigidas para um grupo ou grupos diferenciados, formalizadas no PAT.
102. A seleção de adequações curriculares não significativas afeta especificamente a metodologia educativa, embora possa repercutir-se na avaliação e na prioridade atribuída a certos objetivos e critérios. De entre as adequações não significativas enunciam-se:

- **Organizativas:** a organização didática e a organização do espaço educativo.
 - **Relativas às competências, objetivos e conteúdos:** dar prioridade a áreas ou unidades de conteúdos; dar prioridade a tipos de conteúdos; dar prioridade a competências; dar prioridade a objetivos; sequencializar conteúdos ou competências; e eliminar conteúdos secundários.
 - **Nos procedimentos didáticos e nas atividades:** modificar procedimentos; introduzir atividades alternativas às previstas; introduzir atividades complementares às previstas; modificar o nível de complexidade das atividades; eliminar componentes das atividades; sequencializar as tarefas de forma alternativa adequada ao aluno; introduzir facilidades nos planos de ação; adequar os materiais e recursos; modificar a seleção dos materiais previstos.
 - **Na temporalidade:** modificar a temporalidade para determinadas competências, objetivos e conteúdos previstos; prolongar em um ano a permanência do aluno no mesmo ano ou ciclo de escolaridade.
 - **Relativas às competências:** eliminar competências; introduzir competências específicas, complementares e/ou alternativas.
 - **Relativas aos conteúdos:** introduzir conteúdos específicos, complementares ou alternativos; eliminar conteúdos básicos do currículo.
 - **Na metodologia:** introduzir métodos e procedimentos complementares e alternativos de ensino-aprendizagem; organizar de forma alternativa; introduzir recursos específicos de acesso ao currículo.
 - **Na avaliação:** adequar técnicas e instrumentos e modificar técnicas e instrumentos. Introduzir critérios gerais de avaliação; eliminar critérios gerais de avaliação; adequar os critérios regulares de avaliação; modificar os critérios de transição.
103. Na seleção das adequações curriculares individuais ou de turma são enumerados os objetivos que se pretendem e os fundamentos que justificam a opção por essas mesmas adequações, nomeadamente: responder aos problemas educativos suscitados pela diversidade dos alunos; facilitar um maior nível de integração e participação dos alunos com necessidades educativas especiais na dinâmica geral da escola e da aula; responsabilizar todos os professores pelas respostas educativas aos alunos com necessidades educativas especiais; prevenir o aparecimento ou intensificação das necessidades educativas especiais, que podem surgir como consequência de um currículo menos adequado aos alunos; fazer com que as adequações individualizadas necessárias sejam o menos frequentes e significativas possível.
104. O Programa Educativo Individual fixa as adequações curriculares significativas que implicam modificações maiores que podem consistir na eliminação de conteúdos essenciais e/ou de objetivos gerais, assim como na elaboração de instrumentos de avaliação diferenciados e na modificação de critérios de avaliação.

1.29. Os professores

1.30. Perfil do professor

105. Devido ao caráter específico da sua formação, da sua ação profissional que os relaciona diretamente com os demais professores, alunos, pais, pessoal não docente e direção, os professores assumem uma responsabilidade determinante no bom ambiente e funcionamento da Comunidade Educativa, por assumirem, cumulativamente, a função de formadores e educadores.
106. Na missão de formadores e educadores, devem proporcionar ao aluno, mediante pedagogia adequada e didática competente, os conteúdos técnicos, científicos e metodológicos, de forma bem organizada e estruturada, com linguagem, atenção e dedicação adequadas à fase etária e curricular do aluno.
107. Como profissional do ensino, deverá o professor investir em transformar as aulas em momentos de aprendizagem inovadores, atraentes, coerentes e estimulantes, recorrendo a diferentes ritmos letivos, metodologias diversificadas, experiências educativas distintas e recursos variados, procurando ajustá-los às exigências e características dos conteúdos científicos e programas, ao perfil dos alunos e aos recursos disponíveis.
108. Enquanto pedagogo, está atribuído ao professor o dever de, mediante relações francas e construtivas, constituir-se como sujeito de socialização ativa, indiscriminada, quer com os alunos mediante a atenção, paciência adulta, delicadeza de relacionamento, acolhimento, diálogo generoso, conselho, correção educativa –, quer com os colegas – através da cooperação no trabalho de grupo, unidade de ação, partilha de esforços e reflexão conjunta, de tal modo que pelas relações pessoais se afirme como dinamizador das relações de socialização da Comunidade Educativa.
109. O estatuto educativo do professor requer que em todos os momentos e espaços do CDDS ele se afirme como modelo e exemplo para todos os elementos da Comunidade Educativa, seja pela correção e bom nível da linguagem, seja pela comunicação gestual e corporal, seja pelos modos de presença edificantes, seja pela modéstia e decência do vestuário ajustado ao contexto do lugar, seja pelo apuro da apresentação, em tudo constituindo-se como referência educativa.

1.31. Compromissos educativos e formativos do professor

110. Com a profissão

- Justificar a confiança que o CDDS deposita nele e aumentar o respeito pela profissão, procurando acrescentar qualidade progressiva ao seu trabalho.
- Garantir que o conhecimento e formação profissional sejam constantemente atualizados e aperfeiçoados, quer relativamente às exigências e competências requeridas pela tutela, quer relativamente à qualidade de ensino que o CDDS preconiza.
- Determinar a natureza e o formato de programas de formação contínua e formação própria como expressão essencial do seu profissionalismo.

- Divulgar toda a informação relevante relacionada com as suas competências e qualificações e formação académica.
- Apoiar todos os esforços para promover a democracia e os direitos humanos através da educação.

111. Com os alunos

- Respeitar os direitos de todos os alunos, para que estes possam beneficiar do melhor ambiente e condições de aprendizagem.
- Salvar e promover os interesses e bem-estar de todos os alunos, protegendo-os de intimidações e de todas as formas de abusos físicos e psicológicos.
- Atender aos problemas que afetam o bem-estar dos alunos, tratando-os com cuidado, dedicação e discrição.
- Ajudar os alunos a desenvolver e interiorizar os valores propostos no IE, PEE e RI do CDDS.
- Manter relações profissionais com os alunos, abstendo-se de ultrapassar os limites que o bom profissionalismo recomenda.
- Reconhecer a individualidade e as necessidades específicas de cada aluno, estimulando-os para que possam desenvolver plenamente as suas potencialidades.
- Proporcionar aos estudantes o sentimento de pertença a uma comunidade, baseado em compromissos mútuos relacionados com a existência de cada um na Comunidade Educativa.
- Exercer a autoridade com justiça e solidariedade, nunca negligenciando a função pedagógica e educativa que ela significa.
- Garantir que a relação privilegiada entre professor e aluno não seja utilizada para fins de proselitismo, controlo ideológico ou manipulação afetiva ou psíquica.

112. Com os colegas

- Promover um relacionamento amigável com todos os colegas, respeitando a sua situação profissional e as suas opiniões, aconselhando e apoiando, sobretudo os que se encontram em início de carreira ou em formação.
- Manter a confidencialidade sobre as informações relacionadas com os colegas, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que a sua divulgação seja requerida por lei ou por dever profissional.
- Defender e promover os interesses e o bem-estar dos colegas e protege-los de qualquer forma de abuso físico, psíquico ou afetivo.

113. Com a Direção

- Estar informado das responsabilidades legais, profissionais e administrativas que lhe são atribuídas ou confiadas, assumindo-as em espírito de comunhão com a Direção do CDDS.

- Cumprir as instruções fornecidas pela Direção, requerendo as devidas informações e esclarecimentos para a sua execução.
- Exercer com cortesia e discrição o questionamento de decisões, a solicitação de informação relativa a si ou ao seu trabalho, o fornecimento de justificações de ausências ao trabalho e a prestação de dados informativos sobre alunos ou situações relevantes ocorridas em contexto de sala de aula, recorrendo aos lugares e modos convencionados para o efeito.
- Receber e manifestar estímulos de confiança e tratamento justo no exercício das suas responsabilidades e tarefas profissionais.
- Apresentar sugestões fundamentadas, adequadas, pertinentes e oportunas que contribuam para a inovação e melhoria do processo educativo.

114. Com os pais

- Reconhecer o direito dos pais de acompanharem, através de canais previamente estabelecidos, o bem-estar, a integração e o progresso educativo dos filhos.
- Proporcionar conselhos sensatos e corretos aos alunos, do ponto de vista profissional, tendo em conta o interesse superior dos mesmos, sem prejuízo do respeito pela autoridade legal dos pais.
- Realizar todos os esforços legítimos possíveis no sentido de envolver ativamente os pais na educação dos filhos, auxiliando no processo de aprendizagem, salvaguardando os procedimentos de prioridade, para o efeito, da competência da Direção do CDDS.

1.32. Os Pais e Encarregados de Educação

1.33. Estatuto dos Pais e Encarregados de Educação

115. Os Pais e Encarregados de Educação são os principais responsáveis pela educação dos filhos. A eles cabe a opção livre pelo Projeto Educativo do CDDS, pelos valores, objetivos, processos e métodos educativos propostos neste PE e a responsabilidade pela adesão ao Ideário Educativo e às condições de ensino-aprendizagem.
116. Os Pais e Encarregados de Educação são cooperantes permanentes no processo educativo, cabendo-lhes colaborar pela informação, diálogo, presença, participação frequente nos momentos, formas e níveis convencionados pelo CDDS no processo educativo dos seus filhos, assumindo nesse processo a função de acompanhar, motivar, estimular e valorizar o esforço e trabalho de aprendizagem e crescimento integral dos filhos.
117. Aos Pais e Encarregados de Educação reconhece-se o direito de informação sobre todo o processo educativo dos seus filhos, quer relativamente à evolução global, às dificuldades particulares, à forma de integração na Comunidade Educativa, às necessidades pessoais, ao seu crescimento integral, nos termos em que a legislação o prevê e segundo o modo, limites e condições convencionadas no RI, proporcionando-lhes a ajuda educativa para realizarem cada vez melhor a sua missão fundamental de educadores.

118. A todos os Pais e Encarregados de Educação atribui-se eticamente o compromisso de lealdade para com o CDDS, assumindo com coerência a causa do projeto Educativo escolhido do CDDS, assumindo a responsabilidade que lhes cabe na tarefa da cooperação educativa e apresentando sugestões e indicações adequadas, pertinentes e oportunas que favoreçam a melhoria do processo educativo.

1.34. Práticas e processos de colaboração mútua, de integração e participação

119. De entre as múltiplas possibilidades de colaboração mútua, integração e participação, privilegiam-se as seguintes:

- Comunicar com o CDDS sobre o aluno, pois uma boa comunicação facilita a adaptação à escola e a aprendizagem de crianças e adolescentes. Ao falar com o Direção do CDDS e com o professor/diretor de turma, pode obter informações acerca do que os professores e o CDDS esperam do aluno relativamente a questões como o comportamento e a aprendizagem, a evolução e as dificuldades do aluno, as ajudas de que o aluno necessita nas tarefas escolares. Esta é também uma oportunidade de conhecer o aluno noutros contextos que não o familiar. Por outro lado, o professor/diretor de turma também ganha com esta experiência, porque fica a conhecer melhor o aluno e a sua família. Com uma adequada comunicação entre a família e a escola é mais fácil estabelecer objetivos comuns e de os comunicar com uma maior clareza ao aluno.
- Comparecer na escola sempre que for solicitado ou por iniciativa própria.
- Participar na apresentação, sempre que ocorrer, de espetáculos ou demonstrações dos resultados das atividades extracurriculares promovidas pelo CDDS, pois as atividades organizadas para os alunos e famílias envolvem geralmente muitas horas de preparação e o investimento de muitas pessoas. Nestas atividades, existe a oportunidade de conhecer melhor o espaço onde o aluno ocupa tantas horas, de conhecer os colegas e as famílias dos demais alunos, os professores e outro pessoal do CDDS.
- Incentivar o aluno a utilizar com interesse e aplicação os recursos educativos disponibilizados pelo CDDS, sobretudo a Biblioteca do Colégio.
- Inculcar no aluno a interiorização da necessidade de respeito pelo trabalho, pelo cumprimento dos horários, pelos professores e pelas normas disciplinares e de conduta do CDDS.
- Incentivar no aluno o hábito da assiduidade e pontualidade às aulas.
- Promover no aluno a consciencialização dos princípios e objetivos do PEE do CDDS.
- Atribuir ao aluno pequenas tarefas e responsabilidades, ajudando-o a organizar-se nas atividades escolares para torná-lo mais independente e seguro de si.
- Mostrar interesse em tudo o que o aluno realiza, incentivando-o nas pesquisas e esclarecendo dúvidas, sem, no entanto, substituir o aluno na execução dos seus trabalhos.
- Favorecer o desenvolvimento do aluno de acordo com a sua capacidade e fase de crescimento, estimulando-o a superar-se e a enfrentar as suas dificuldades.

- Contribuir para a aquisição por parte do aluno de uma visão otimista perante a vida em geral, criando um ambiente positivo.
- Dialogar com o aluno acerca da vida escolar, respeitando, simultaneamente, a sua necessidade de privacidade e demonstrando interesse pelas atividades do aluno, amigos, professores, percursos.
- Proporcionar ao aluno experiências de aprendizagem, como ler com o aluno, ouvi-lo ler, conversar com ele acerca dos diferentes temas e conteúdos letivos, assistir em conjunto a programas televisivos e pedir-lhe opinião acerca daquilo que estão a ver e a ouvir, efetuar visitas a museus e sítios com interesse histórico e cultural, demonstrar e partilhar o seu interesse e curiosidade por tudo aquilo que o rodeia.
- Ajudar a organizar um horário de estudo adequado às necessidades do aluno, proporcionar-lhe um ambiente de estudo facilitador e ensiná-lo a estudar.

1.35. Pessoal Não Docente

120. O Pessoal Não Docente é cooperante no processo educativo, de acordo com as funções específicas atribuídas, e desempenha os trabalhos de apoio ao bom processamento das ações educativas, zelando pela preservação dos valores educativos e das normas de organização e funcionamento do Comunidade Educativa.
121. Dada a importância relevante do papel de cooperação que desempenha no processo educativo, é-lhe requerido como perfil adequado a elevação de atitudes, zelo e dedicação nas funções que desempenha, competência profissional, lealdade na cooperação com todos os membros da Comunidade Educativa, vontade de aperfeiçoamento da qualidade do trabalho a produzir, discrição e confidencialidade relativamente a pessoas, informações e ações decorrentes do processo educativo, postura e porte modelares, cortesia e atenção para quem lhe solicita o seu trabalho e linguagem ajustada ao contexto educativo.
122. Segundo as funções específicas que lhe estão atribuídas, sejam de gestão económica, trabalho de secretaria, vigilância e assistência, higiene e limpeza, alimentação e saúde, são inerentes ao seu estatuto a salvaguarda da segurança e bem-estar de todos os alunos, a boa manutenção e preservação dos materiais, equipamentos e bens patrimoniais do CDDS, a manutenção da ordem, disciplina e o bom ambiente físico e humano, necessários ao êxito educativo.
123. Como intervenientes cooperativos no processo educativo, impõe-se que o Pessoal Não Docente se constitua como modelo de atitudes e de desempenho, mormente pela advertência esclarecida e moderada aos alunos, pelo conselho profissional dentro do âmbito das competências que lhe estão atribuídas, pela solicitude e assistência aos que requerem maior atenção e pelo seu profissionalismo e solidariedade com os demais colegas de trabalho.

1.36. Direção

1.37. Em relação à comunidade educativa

124. A Direção é a legítima representante legal da Instituição que tutela a propriedade do CDDS.
125. A Direção é a responsável pela promoção de toda a ação educativa e pela disponibilização dos meios e recursos físicos, técnicos e humanos requeridos à sua boa implementação, às condições e ambiente necessários para a sua consumação com êxito e ao provimento da boa organização do processo educativo.
126. A Direção possui competência própria para a definição dos princípios de orientação geral que determinam a elaboração e opção educativa exarada no IE, assim como os critérios de atuação que garantem a fidelidade da ação educativa a esses princípios.
127. A Direção assume exclusivamente perante a tutela, os poderes públicos, a sociedade e a Comunidade Educativa a responsabilidade legal pelas ações decorrentes do processo educativo, pela segurança de bens e pessoas e por tudo quanto se decide e acontece no CDDS, de acordo com as determinações da legislação em vigor.
128. À Direção compete o zelo e vigilância pela garantia da qualidade e êxito do processo educativo, pela sua boa organização, pela coesão, disciplina e boa harmonia entre todos os elementos da Comunidade Educativa e pela interação bem estruturada dos seus membros.
129. A Direção é responsável por assegurar a renovação e atualização dos recursos educativos necessários à evolução e inovação do processo educativo, à atualização dos equipamentos, à modernização e adequação dos espaços, à contratação de docentes, técnicos e demais funcionários, em tudo ponderando o bem educativo dos alunos.
130. A Direção é a promotora de todo o planeamento educativo e de todas as ações, gestão de recursos e calendarização a ele atinentes, colocando como prioridades a qualidade e inovação da educação e o crescimento do êxito educativo.

1.38. Em relação aos Pais e Encarregados de Educação

131. Promover iniciativas, ações e estratégias que fomentem a aproximação dos Pais e Encarregados de Educação à Comunidade Educativa através de modalidades diversas de envolvimento parental que sejam úteis como instrumento de reflexão-ação do CDDS e se manifestem adequadas às suas necessidades e às das famílias.
132. Ajudar os Pais e Encarregados de Educação a estabelecer as condições e requisitos básicos para a aprendizagem, a desenvolver práticas educativas adequadas às necessidades dos alunos e a compreender o desenvolvimento em cada estágio do seu processo.
133. Promover a comunicação entre o CDDS e os Pais e Encarregados de Educação, através de sistemas de comunicação bilateral, procurando disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões de pais, reuniões individuais com a família, contactos telefónicos, boletim da escola – caso exista, e-mail do CDDS e de turma) de forma a possibilitar uma comunicação fácil, rápida e eficaz.

134. Fomentar a participação dos Pais e Encarregados de Educação nas atividades do CDDS, nomeadamente nos eventos de início e fim do ano letivo, festas de Natal e Páscoa, Dia da Mãe, Dia do Pai, Dia das Famílias, Dia da Criança, integrando-os ativamente, dentro das possibilidades e disponibilidade dos mesmos.
135. Impulsionar o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação em atividades de aprendizagem em casa, exercitando as competências que o aluno deve adquirir em cada momento da aprendizagem e valorizando a importância da monitorização e encorajamento/reforço dos trabalhos para casa, sobretudo se o aluno se encontrar em processo de recuperação ou de apoio pedagógico.
136. Dar satisfação, no quadro das formas institucionais que se possam mostrar legalmente previstas à cooperação e participação dos pais e encarregados de educação nas atividades do Colégio D. Diogo de Sousa e envolve-los nas sugestões que visem a melhoria do processo educativo, quer através de uma eventual Comissão de Consulta de Pais, quer de grupos de reflexão-ação, criados para a resolução de problemas concretas.

Projeto Educativo Estratégico

O Projeto Educativo do CDDS, na versão da sua Matriz Educativa e Pedagógica, constitui uma formalização das opções educativas globais que o CDDS se propõe concretizar permanentemente numa perspetiva de futuro. Essa intenção educativa requer a capacidade de dirigir e gerir adequadamente todo o processo educativo, utilizando da melhor forma os métodos e estratégias, contextualizando-os com a evolução do tempo e com os intervenientes da Comunidade Educativa. O empenho pela qualidade, o esforço pela cultura de excelência educativa, o desafio da inovação e modernização e a requalificação permanente dos métodos educativos contribuem para que a Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS seja progressivamente adaptada e aproximada ao ideal com que foi concebida.

O Projeto Educativo Estratégico formula as prioridades relativamente ao que é essencial e ao que não é para executar e realizar, melhora o que se pretende fazer e avalia, de forma contínua, a progressão e a consecução dos objetivos e ideais educativos, corrigindo as deficiências detetadas, analisando de forma sistemática o impacto que as decisões e opções educativas têm sobre a Comunidade Educativa e reformulando estratégias que contribuam para a superação dos problemas e dificuldades identificados. A implementação da Matriz Educativa e Pedagógica concretiza-se continuamente em períodos de tempo delimitados, nos quais as necessidades e dificuldades educativas detetadas são tratadas com o objetivo de serem ultrapassadas. O Plano Estratégico é uma abordagem organizada e planificada tendo em atenção a situação educativa e o momento presente do processo educativo no sentido de serem aperfeiçoados. Ele define-se como estratégico, por selecionar, organizar e planificar as ações prioritárias que cumprem da melhor forma a Matriz Educativa e Pedagógica, através da aplicação de estratégias consideradas adequadas, eficazes e conformes às necessidades da Comunidade Educativa.

I. DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO EDUCATIVA À PLANIFICAÇÃO EDUCATIVA ESTRATÉGICA

1.39. Enquadramento

1. O CDDS reformula o Projeto Educativo de Escola mediante a implementação do Plano Educativo Estratégico. Este documento é analisado, avaliado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão e adequa o processo educativo à Matriz Educativa e Pedagógica do PEE, reformulando os princípios, os valores, as metas e as estratégias que se propõe cumprir no desempenho da sua função educativa.
2. O Conselho Pedagógico do CDDS responsabiliza-se pela elaboração, coordenação e implementação do processo de análise e avaliação da situação educativa do CDDS e também pelo desencadear de todos os processos e ações atinentes à definição e execução da reformulação do projeto Educativo.
3. Após a reflexão sobre os princípios diretores do processo tornou públicos os seguintes princípios orientadores:
 - O PEE deve transparecer todos os princípios, orientações, valores e estratégias educativas, consignadas no Ideário Educativo e na Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS.
 - O PEE deve ser aberto e franco, extensível à participação de toda a Comunidade Educativa, na proporção das funções e responsabilidades de cada um dos seus membros, a fim de obter-se o contributo mais alargado para a identificação da situação educativa e a definição das estratégias de renovação educativa adequadas.
 - Os contributos de cada membro da Comunidade Educativa, na reflexão e análise educativa prévia, devem estar orientados para o bem superior do processo educativo e não para os interesses e necessidades subjetivos de cada um dos intervenientes.
 - A oportunidade de análise e reflexão sobre a situação educativa do CDDS deve constituir um momento de autocrítica séria e responsável e um momento de autoformação para todos os membros da Comunidade Educativa, relativamente às competências de cada membro, às suas atitudes educativas e ao seu profissionalismo.
 - O PEE, apesar da fidelidade ao Ideário Educativo e à Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS, deve demonstrar pluralismo educativo nos seus propósitos e estratégias e refletir os contributos diferentes e flexíveis dos membros da Comunidade Educativa, mas, em simultâneo, salvaguardar a unidade e comunhão educativas em torno do mesmo projeto.
 - O PEE deve definir, com clareza, os propósitos educativos relevantes que se destaquem com verdadeiro consenso educativo e sejam considerados pertinentes e adequados, deve advertir os meios e processos de gestão, coordenação e regulação, e definir os critérios e formas de avaliação intermédia e final do mesmo.
 - O processo de reformulação do PEE deve cumprir um processo sequencial estruturado: partir de um momento de diagnóstico da situação educativa; passar por um momento de recolha, análise e síntese da informação obtida pelo

diagnóstico da situação educativa; deter-se num momento de organização e estruturação dos problemas identificados na situação educativa; prestar atenção ao momento de formulação das ações e estratégias educativas a implementar; promover a elaboração e apreciação de documento prévio ou anteprojecto; e desencadear a implementação do PE.

1.40. Organização e estruturação do processo de reformulação do PE

4. O Conselho Pedagógico promoveu a execução, organização e estruturação de todo o processo, de acordo com os seguintes princípios orientadores:
5. **Diagnóstico da situação educativa** – Foram definidos e tipificados os métodos e processos para a recolha de dados de diagnóstico e determinaram-se os grupos da Comunidade Educativa e os representantes dos Pais e Encarregados de Educação a inquirir. Identificaram-se os princípios estruturantes do inquérito a efetuar: caracterizar a situação educativa presente do CDDS e perspetivar e pensar as prioridades da renovação e inovação educativa.
6. **Recolha, análise e síntese da informação obtida pelo diagnóstico da situação educativa** – A recolha dos elementos de diagnóstico da situação educativa foi efetuada no Conselho Pedagógico, ao nível dos Departamentos das Áreas Disciplinares, ao nível dos Conselhos de Ciclo e dos Conselhos de Turma. Os alunos foram sondados mediante a atenção prestada às sugestões individuais, de turma ou de grupos, nos momentos de avaliação e autoavaliação, nos momentos fortes de intervenção na vida da Comunidade Educativa e nos momentos pontuais de abordagem pessoal e individual. O Pessoal Não docente exprimiu-se e apresentou sugestões nos momentos das reuniões de planificação e de reorganização de trabalho dos diferentes setores em que se incorporam. Os Pais e Encarregados de Educação pronunciaram-se individualmente nos contactos mantidos com a direção e administração do CDDS, nas reuniões de informação com os diretores de turma e nas solicitações individualizadas selecionadas para o efeito.
7. **Após a recolha, organização e análise** de toda a informação obtida, foi produzida uma síntese ordenada de acordo com os dois princípios estruturantes da inquirição produzida.
8. **Organização e estruturação dos problemas identificados na situação educativa.** Foram referenciadas de modo relevante nas fontes de informação obtidas quatro áreas da situação educativa e do funcionamento e organização da Comunidade Educativa a requerer intervenção e renovação, bem como as respetivas dificuldades a repensar:
 - **Ensino-aprendizagem:** resultados escolares, avaliação, apoios educativos e articulação e sequência de ciclos curriculares.
 - **Organização Administrativa da Comunidade Educativa:** produção de Registos e Documentos.
 - **Interação na Comunidade Educativa e relação com os Pais e Encarregados de Educação:** envolvimento de Docentes, Alunos e Encarregados de Educação na vida do CDDS.

Princípios Orientadores:

Formulação das ações e estratégias educativas a implementar.

As áreas e os problemas referenciados na formação foram hierarquizados, sequenciados por prioridade e analisados relativamente à adequação, à pertinência e à viabilidade de aplicação à situação educativa e à Comunidade Educativa do CDDS. Foram, então, elencadas, relativamente a cada área de intervenção, as metas educativas, metodológicas, pedagógicas, organizacionais e funcionais, as soluções estratégicas a implementar para a correção e aperfeiçoamento de procedimentos e superação das dificuldades identificadas, bem como determinados os indicadores de controlo e avaliação intermédia e final da evolução do PE.

- Elaboração e apreciação de documento prévio ou anteprojecto.

O documento produzido, ou plano educativo estratégico prévio, foi considerado adequado. Identificaram-se e atribuíram-se aos intervenientes da Comunidade Educativa as responsabilidades e compromissos estratégicos para a implementação prática e situada do PE. Após a apreciação global sobre a unidade e coerência estrutural e educativa do PEE foi o mesmo submetido a discussão e aprovação geral pelo Conselho Pedagógico.

- Implementação do PE.

O PE, após aprovação, foi dado a conhecer, na sua constituição definitiva, a toda a Comunidade Educativa, a qual foi convocada para a corresponsabilidade, diante dos desafios educativos colocados, para a necessidade de mentalização de superação das rotinas e das dificuldades, para o desenvolvimento de uma atitude mais solidária nas práticas e relações educativas e para a aplicação das estratégias com rigor e exigência. Como complemento dessa informação e motivação geral, os respetivos Departamentos das Áreas Disciplinares e os demais grupos não docentes da Comunidade Educativa foram estimulados ao estudo, análise e implicações específicas do PE na sua área de trabalho específica.

1.41. Princípios e valores orientadores do projeto Educativo Estratégico

9. Os princípios e valores orientadores do projeto Educativo Estratégico resultam da adequação daqueles que estão definidos na Matriz Educativa e Pedagógica deste Projeto Educativo às dificuldades identificadas na situação educativa e às metas e estratégias que se propõem como solução para as mesmas:
 - A promoção de uma educação e formação integral do aluno.
 - A promoção da qualidade de excelência do ensino e das aprendizagens.
 - A promoção de práticas e processos de colaboração mútua, de integração e da participação dentro da Comunidade Educativa.
 - A implementação de uma cultura de rigor e exigência profissional, baseada na competência, na auto e coavaliação de processos e na vontade de superação contínua.

- A interiorização e concretização no processo educativo do Ideário Educativo e da Matriz Educativa do CDDS.
- O desenvolvimento de uma cultura escolar de responsabilidade pessoal e social, de liberdade, participação, reflexão, qualidade e cidadania comunitária.

II. CONTEXTO SOCIOCULTURAL, RECURSOS FÍSICOS, TÉCNICOS E HUMANOS DO CDDS A INTEGRAR NO PROJETO EDUCATIVO ESTRATÉGICO

g. O Contexto

1.42. Enquadramento geográfico e socioeconómico da procura educativa do CDDS

10. O CDDS está situado no centro urbano de Braga, num contexto residencial e comercial, com acessos viários diversos e fácil comunicação com a Circular Urbana, pela qual se estrutura e organiza toda a circulação rodoviária da cidade. Integra a área maioritária de um quarteirão urbano e os acessos processam-se pela fachada principal exposta a norte e pela fachada exposta a sul. A envolvente urbana do lado norte do CDDS sofreu, recentemente, obras de requalificação, tendo sido melhorados os acessos e vias de circulação, e obras de requalificação predial, através da construção de novos blocos residenciais, que acrescentaram qualidade ao contexto residencial. O crescimento de residências na envolvente tem permitido aos pais a matrícula dos filhos no CDDS, por razões também de proximidade.
11. A boa localização urbana e de acessos permitem um bom relacionamento com uma multiplicidade de serviços, empresas e locais de trabalho, factos que têm induzido à escolha do CDDS como opção de escola, dada a facilidade com que os Pais e Encarregados de Educação se deslocam de manhã, no início do período de aulas, e ao fim da tarde, no termo dos mesmos.
12. Os eixos viários estruturantes da cintura urbana bracarense têm permitido, nos últimos anos, uma facilidade de comunicação com a envolvente rural, o que tem contribuído para o crescimento do número de alunos do CDDS dessas regiões limítrofes. A par disto, a melhoria das vias de comunicação entre Braga e os concelhos periféricos, na última década, tem permitido que as famílias, mormente aquelas que têm mais facilidades de deslocação, procurem o CDDS como opção prioritária para a educação e formação dos seus educandos.
13. É, também, o facto de a cidade de Braga ter conhecido nas últimas décadas, um considerável desenvolvimento e diversificação no crescimento das atividades económicas, sobretudo no setor comercial, da construção e dos serviços, que tem suscitado diariamente o crescimento da mobilidade de pessoas ligadas à área económica, comercial e industrial. O aumento deste tipo de mobilidade tem permitido às famílias deslocar para o centro da cidade o local da escolha de escola para os seus filhos, os quais acompanham também a sua mobilidade diária.
14. Algumas empresas instaladas na cidade, nos anos últimos, com prestação de serviços qualificados sobretudo no setor terciário e que recorrem a funcionários com formação superior, têm contribuído para aumentar os índices de procura de serviços educativos que garantam boa educação e formação, o que tem determinado o crescimento do âmbito social da procura. Juntam-se a estas empresas o corpo de professores e funcionários das universidades bracarense e instituições de cultura,

uns temporariamente, outros com fixação permanente, que têm concentrado no CDDS a procura educativa.

15. Deduz-se, em síntese, que a alteração da rede viária, do quadro económico, residencial e urbano da cidade contribuiu para aumentar e intensificar a procura da oferta educativa do CDDS, em todos os ciclos de ensino, diversificando as razões, os âmbitos sociais e geográficos de origem e as motivações das opções educativas, aumentando o corpo de alunos do CDDS.

1.43. A mudança do paradigma da procura e da oferta educativa

16. O crescimento dessa procura educativa não aconteceu por razões essenciais de conveniência estratégica ou geográfica. A cidade de Braga constituiu-se, historicamente, como um polo educativo e formativo e tem crescido a pluralidade de ofertas educativas de que dispõe em todos os níveis de educação, desde o início dos anos 80. A centralidade geográfica e as demais razões, associadas à capital de distrito e à expansão urbana das duas décadas últimas, permitiram a fixação e crescimento da população em proporções consideráveis.
17. O surgimento de polos universitários, que se consolidaram e aumentaram as ofertas de educação e investigação, atribuíram ao centro urbano da cidade um fator de catalisação do mercado estudantil, não apenas no ensino universitário, como também no ensino básico e secundário. A par disso, a mentalidade educativa alterou-se, registando-se uma maior procura de formação, o alongamento da duração dos períodos de frequência escolar, o crescimento do acesso ao ensino superior e a necessidade de preparação mais consolidada e exigente para o efeito.
18. A oferta educativa pública e particular cresceu na cidade, a par da diversidade de propostas educativas. Em função disso, o CDDS reorganizou e ampliou as suas instalações e equipamentos de forma a dar resposta a este aumento, ao mesmo tempo que alargou o arco da oferta educativa. A existência de oferta educativa similar, no entorno do CDDS, esclarece que ao crescimento da procura educativa também correspondeu um aumento da exigência na escolha pela qualidade educativa e formativa, por parte dos Pais e Encarregados de Educação. Foi o Ideário Educativo e a Matriz Educativa do CDDS que lhe granjearam o respeito no mercado educativo e as razões de preferência.
19. Prontamente, optou o CDDS por reorganizar e qualificar, progressivamente, a sua oferta educativa, em função da evolução tecnológica, dos novos recursos e paradigmas pedagógicos e científicos, correspondendo ao crescimento que as demais instituições educativas e culturais da cidade sinalizavam como sendo os grandes desafios do futuro da educação. De facto, a cidade assistia ao surgimento de museus, à renovação de escolas, ao surgimento de bibliotecas, à fundação de escolas particulares, dotadas de equipamentos tecnológicos mais atualizados, de espaços de prática desportiva qualificados e a uma renovação de quadros docentes, ajustados à evolução de novos programas científicos e às novas exigências que a sociedade colocava às instituições educativas. À escola inclusiva e à generalização da frequência do sistema escolar, correspondeu, paralelamente, uma nova forma de procura educativa: a que solicitava educação, formação humana, preparação cívica, valores éticos, morais e religiosos e uma educação e formação integral.

20. Desde a sua fundação que, no CDDS, se implantou um modelo educativo correspondente a esta vontade de educação integral, de respeito pela pessoa, de formação para a sua integração social e cívica. O sistema educativo público evoluiu no sentido da oferta desse modelo educativo. Acresce que, esse é, atualmente, para além das vicissitudes do seu percurso, o modelo que o CDDS construiu com anos de experiência educativa sobre os valores da disciplina, do rigor, da exigência e do respeito, fatores que continuam a ser determinantes na definição da identidade educativa que o CDDS disponibiliza e propõe. Curiosamente, esta identidade educativa não se desmoronou ou foi afetada com o crescimento da população escolar, conforme ocorreu com o perfil educativo tradicional de muitas escolas públicas. Antes, fortaleceu-se por existir correspondência entre o modelo educativo procurado e o modelo educativo oferecido. Foi a satisfação educativa dos alunos, pais e encarregados de educação que consolidou essa identidade comum e possibilitou o crescimento do número de alunos, em recentes anos letivos, em várias centenas, apesar do contexto de dificuldades económicas verificadas nas famílias.

1.44. Os novos desafios educativos

21. As alterações que têm ocorrido, atualmente, relativamente à reorganização de programas e manuais, as modificações no mercado de trabalho, as transformações que têm vindo a ser introduzidas nas regras de acesso ao ensino superior, a maior exigência na qualidade da educação e formação, requerida pelos Pais e Encarregados de Educação, colocam desafios exigentes e inovadores à Comunidade Educativa, aos recursos físicos, técnicos e materiais e aos equipamentos educativos disponíveis. Não se trata de introduzir roturas e grandes inovações que comprometam a herança educativa do CDDS ou transformações radicais modificadoras da Matriz Educativa e Pedagógica ou do padrão organizacional e de gestão administrativa, mas de introduzir maior qualificação no aproveitamento de todos os recursos existentes, de sorte a diminuir desgaste, subaproveitamento e alguma falta de sincronia e articulação na sua utilização e funcionamento e aumentar a sua rentabilidade, crescer na eficácia com eles conseguida e melhorar a qualidade e nível do ensino-aprendizagem que deles resulta.
22. A grande perspetiva, num futuro imediato, como inquietação educativa estratégica, é a modernização e inovação na continuidade: conseguir mais e melhor com aquilo e aqueles de que o CDDS dispõe para aqueles que o procuram. Esta é uma exigência coletiva da Comunidade Educativa, que resulta da análise dos últimos anos, mas também uma inquietação comum da parte dos Pais e Encarregados de Educação. Neste sentido, importa conhecer, com alguma acuidade, a generalidade dos recursos humanos e materiais, o modo da sua integração na vida da Comunidade Educativa, a forma como correspondem à organização e interação dos membros da mesma comunidade e o modo como podem promover a melhoria da situação educativa, pela melhor implementação das diretivas prioritárias da Matriz Educativa e Pedagógica e pela superação das dificuldades educativas já referidas. Em todo o processo educativo estratégico haverá sempre atenção para que as melhorias introduzidas sejam sempre concebidas e pensadas na perspetiva do bem educativo e formativo maior do aluno, da contextualização e garantia futura da sua aprendizagem.

h. Os Recursos Educativos do CDDS

1.45. Espaço físico e equipamentos

23. O espaço físico e os equipamentos disponíveis no CDDS são o resultado da já longa evolução da herança educativa que se foi instituindo como Matriz Educativa e Pedagógica. Todo o espaço físico está ordenado e organizado em função da boa gestão do processo educativo e da boa rentabilidade educativa dos mesmos.
24. Os equipamentos e espaços, interiores e exteriores, estão proporcionados à dimensão quantitativa da população escolar e são usados sem condicionamentos ou restrições, sem coincidências limitativas da sua utilização e cumprem todas as regras de higiene e segurança, de acordo com as normas legislativas para os recintos escolares. A qualidade da preservação dos materiais, espaços e equipamentos é salvaguardada pela manutenção contínua dos mesmos, seja através de intervenções permanentes nos mesmos, seja através de intervenções setoriais de requalificação, efetuadas anualmente, seja através da reorganização periódica dos mesmos em função da Comunidade Educativa: ora repensando-os em função da faixa etária dos alunos, ora das necessidades específicas por ciclos, ora das atividades que neles se produzem.

Quadro 1 - Bloco Norte: espaços e equipamentos

Designação Espaços/Equipamentos	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Piso 2		Piso 3		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
Parque de Estacionamento	-	-	-	2.214	-	-	-	-	-	-	-	2.214
Átrio principal	-	-	1	224	-	-	-	-	-	-	1	224
Receção	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-	1	19
Capela	-	-	1	95	-	-	-	-	-	-	1	95
Secretaria	-	-	1	44	-	-	-	-	-	-	1	44
Gabinete do Diretor	-	-	1	22	-	-	-	-	-	-	1	22
Gabinete do Administrador	-	-	1	31	-	-	-	-	-	-	1	31
Gabinete Médico	-	-	1	8	-	-	-	-	-	-	1	8
Salas de Aula	-	-	3	207	22	1.220	16	951	5	335	46	2.713
Sala de Música	-	-	-	-	-	-	1	51	-	-	1	51
Sala Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	1	86	1	86
Sala Desenho e E.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	3	185	3	185
Sala apoio a Desenho e E.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70	1	70
Laboratório Ciências Naturais	-	-	-	-	2	194	-	-	-	-	2	194
Laboratório Ciências Físicas	-	-	-	-	2	134	-	-	-	-	2	134
Laboratório Ciências Químicas	-	-	-	-	2	134	-	-	-	-	2	134
Gabinete Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	4	60	4	60
Sala Professores	-	-	-	-	1	99	-	-	-	-	1	99
Sala Professores: Atendimento	-	-	-	-	1	20	-	-	-	-	1	20
Biblioteca, videoteca, hemeroteca	-	-	-	-	-	-	-	-	1	196	1	196
Sala de Espetáculos	-	-	1	630	-	-	-	-	-	-	1	630
Sala de Convívio-Bar Alunos	-	-	1	396	-	-	-	-	-	-	1	396
Instalações Sanitárias Alunos	-	-	4	54	5	172	1	18	2	30	12	274
Circulação – Átrios/Corredores	1	115	3	254	-	-	1	586	1	230	7	2.185

Designação	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Piso 2		Piso 3		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
												59
Arrecadação	5	322	5	44	-	-	2	20	2	12	17	435
Cozinha e Dependências Apoio	-	-	8	316	-	-	-	-	-	-	8	316
Refeitório alunos	-	-	1	386	-	-	-	-	-	-	1	386
Refeitório Professores	-	-	1	46	-	-	-	-	-	-	1	46
Lavandaria	-	-	1	26	-	-	-	-	-	-	1	26
Área Técnica	1	74	-	-	-	-	-	-	1	9	2	83
Depósito Materiais	-	-	-	-	1	18	-	-	-	-	1	18
Arquivo	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63
Reprografia Papelaria	-	-	-	-	1	15	-	-	-	-	1	15
Recreio Coberto	-	-	1	644	-	-	-	-	-	-	1	644
Recreio Descoberto	-	-	1	1.700	-	-	-	-	-	-	1	1.700
Pavilhão Gimnodesportivo	-	-	1	1.400	-	-	-	-	-	-	1	1.400
Campos Ténis	-	-	1	555	-	-	-	-	-	-	1	555
Campos Voleibol	-	-	2	788	-	-	-	-	-	-	2	788
Campos Basquetebol	-	-	1	310	-	-	-	-	-	-	1	310
Campo de Andebol	-	-	1	976	-	-	-	-	-	-	1	976
Campo Futebol	-	-	1	2.640	-	-	-	-	-	-	1	2.640
Aposentos Direção	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
Quartos Alunos Internos	-	-	-	-	-	-	30	487	-	-	30	487
Zona de Estar Apoio Quartos	-	-	-	-	-	-	1	77	-	-	1	77
Circulação Zona Quartos	-	-	-	-	-	-	2	124	-	-	2	124
Instalações Sanitárias Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	107
Quartos para Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25
Instalações Sanitárias Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	45
Circulação Zona Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	99
Total Geral											21.465 m²	

Quadro 2 - Bloco Sul: espaços e equipamentos

Designação Espaços/Equipamentos	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
Recepção	1	11	-	-	-	-	1	11
Polivalente/Convívio/Recreio Coberto	-	-	1	302	-	-	1	302
Gabinete Médico	-	-	1	18	-	-	1	18
Salas Aula Pré-Escolar	-	-	9	506	-	-	9	506
Salas Aula Primeiro Ciclo	-	-	-	-	16	971	16	871
Sala Ballet	-	-	1	56	-	-	1	56
Sala Informática	-	-	-	-	1	76	1	76
Sala Atividades Extracurriculares	-	-	1	-	1	76	1	76
Sala de recepção aos Alunos	-	-	2	55	-	-	1	55
Gabinete Professores	-	-	-	24	-	-	2	24
Sala Professores	-	-	-	-	1	27	1	27
Sala Professores: Atendimento	-	-	1	27	-	-	1	27
Dormitório - Educação Pré-Escolar	-	-	1	76	14	-	1	76
Instalações Sanitárias Alunos	-	-	9	117	1	153	23	270
Circulação – Átrios/Corredores	3	132	11	843	11	662	5	1.637
Arrecadação Refeitório	2	25	9	167	1	90	22	282
Refeitório	-	-	-	-	1	527	1	527
Sala de Convívio-Bar Alunos	-	-	-	-	1	172	1	172
Área Técnica	-	297	-	-	-	-	3	297
Pavilhão Gimnodesportivo	3	420	-	-	-	-	1	420
Sanitários - Vestiários do Pavilhão Polivalente	1	90	-	-	-	-	2	90
Campo de Futebol	2	-	1	534	-	-	1	534
Parque Infantil	-	-	2	1.710	-	-	2	1.710
Piscina Coberta	-	-	1	880	-	-	1	880
Sanitários – Vestiários da Piscina	-	-	3	1.133	-	-	3	1.133
Total Geral							8.369 m²	

25. O conjunto das instalações do CDDS distribui-se por dois blocos construtivos: o Bloco Norte, no qual se enquadram os espaços e serviços centrais e específicos, destinados à frequência do Segundo e Terceiro Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, e o Bloco Sul, no qual se situam os espaços e serviço reservados à frequência do Educação Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico.
26. O elenco, algo exaustivo, dos espaços educativos, lúdicos, formativos e humanos e os respetivos equipamentos desportivos, técnicos e funcionais, sem o olhar do contexto socializador e da matriz educativa e pedagógica, resultaria num rol puro de propriedade. Pelo olhar analítico, percebe-se em todos estes espaços e equipamentos uma estratégia educativa coordenada, ajustada à Comunidade Educativa e ao seu esforço inovador e humanizador. As unidades, áreas, distribuição, organização dos equipamentos e espaços evidenciam alguns vetores educativos determinantes, os quais demonstram coerência com os propósitos do Projeto Educativo.

27. Assinalamos:

- **Modernização e atualização dos recursos, em favor da qualidade educativa** – Em todo o esforço de renovação da qualidade dos espaços, da sua boa organização, da implantação, dos novos equipamentos técnicos, da qualidade dos materiais novos introduzidos e da iluminação, verifica-se a consciência de que a modernização dos meios, dos instrumentos e recursos, tem sido um passo importante para garantir a boa qualidade educativa. Percebe-se este esforço, há cerca de duas décadas, como uma atitude continua de corresponder com inovação, racionalidade e consolidação estratégica aos grandes desafios da renovação educativa contemporânea. A renovação dos equipamentos desportivos e informáticos, o melhor e mais fácil acesso às fontes de informação e comunicação, a dotação de estruturas e espaços de apoio ao estudo, a substituição das carteiras dos alunos por modernos modelos confortáveis e concebidos segundo as regras da ergonomia, têm sido alterações que, enquanto capacitam o CDDS para cumprir com maior eficácia a sua tarefa educativa, permitem também ao aluno desenvolver-se a si próprio, num ambiente aberto à modernidade de pensamento, ideias, métodos e formas de trabalho.
- **Otimização qualitativa da formação do aluno** – A qualificação progressiva dos espaços e dos equipamentos educativos está dirigida ao aluno e não constitui pura exibição tecnológica. Os investimentos mais recentes comprovam o propósito educativo dos investimentos. A criação de rede interna de acesso à internet, a disponibilização de complementos de formação extracurricular, a modernização da biblioteca, com soluções múltiplas de utilização, o investimento em equipamentos de novas tecnologias de comunicação nas salas de aula e os investimentos mais avultados na construção de novas instalações, têm demonstrado que essas modernizações visam a melhoria das condições em que o aluno aprende, cresce e se desenvolve, realizando a sua formação integral.
- **Conforto e humanização dos meios** – A inovação e modernização não têm esquecido uma das dimensões mais importantes do ambiente em que o aluno aprende e vive: a do conforto e humanização dos espaços. As condições físicas e materiais que se proporcionam aos alunos são a garantia de que o aluno se sente bem, que é bem recebido em espaço acolhedor, que se sente física e psiquicamente bem nos espaços que vivencia e em que cria laços e referências educacionais que perdurarão na sua memória educativa. O aquecimento dos espaços das salas de aula, a modernização dos espaços de confeção da alimentação e das refeições, a introdução de notas caracteristicamente juvenis no espaço de convívio e bar, a disponibilidade de atenção de enfermagem e serviço médico e o serviço de internato com instalações personalizadas e confortáveis proporcionam ao aluno o gosto pelo espaço onde aprende e essa satisfação produz motivação para entender o ensino–aprendizagem com maior empatia e simpatia.
- **Identificação dos meios com o aluno e as suas dimensões formativas** – A formação integral do aluno tem de estender-se às áreas de interesse e de crescimento do aluno. Porém, pela sua formação, o aluno desenvolve motivação e dimensões formativas novas que acompanham o seu crescimento. A disponibilização de espaços de exposição de trabalhos criativos e artísticos, a formação musical em níveis e áreas específicas, a renovação das instalações com

uma maior atenção à higiene e salubridade dos espaços e recursos, a valorização da luminosidade natural nos espaços de aprendizagem, a introdução de fontes de energia limpas e a modernização completa dos laboratórios, onde os alunos demonstram entusiasmo pelo ensino prático e experimental, têm comprovado que o investimento produzido na qualificação física e material do CDDS tem ido ao encontro das motivações e interesses formativos do aluno.

- **Organização educativa e socializadora dos espaços** – As grandes alterações construtivas, introduzidas na última década, permitiram que a distribuição dos alunos pelos espaços pudesse ser melhor organizada em função dos níveis etários e dos ciclos de ensino. Ganhou a circulação dos alunos, que acedem aos espaços educativos e destes aos recreios, às entradas do CDDS, aos equipamentos desportivos e ao refeitório com menos transtornos de circulação e de ruído. Garantiu-se a melhoria da socialização, dentro da mesma faixa etária e alargou-se a outras faixas. Há, com esta nova organização, uma maior identificação afetiva do ciclo de ensino com o espaço físico que lhe corresponde, dentro das instalações do CDDS, o que permite responsabilizar os alunos, relativamente ao uso do património.
- **Abertura da Comunidade Educativa à sociedade** – O processo de modernização de recursos físicos, como a piscina, a sala de espetáculos, os espaços desportivos, têm permitido que o CDDS os coloque ao dispor dos Pais e Encarregados de Educação, criando com isso uma abertura diversificada e formativa para os alunos. O espaço deles converteu-se, também, no espaço das famílias, que passaram a interagir nas instalações do CDDS, não já nos curtos tempos de chegada e partida com os filhos, mas em momentos mais longos, em espaços mais extensos e momentos de partilha mútua que têm deixado marca educativa.

1.46. Oferta educativa e valências formativas

28. A oferta educativa disponibilizada, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, quer através da sequência dos planos curriculares, quer através da formação extracurricular e dos projetos e cursos, enquadra-se nas diretivas educativas e pedagógicas que emanam do Ideário Educativo e da Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS.

Quadro 3 - Oferta educativa, cultural, desportiva, técnica, artística e religiosa

Curricular	Projeto e Cursos	Formação Religiosa (Transversal aos vários ciclos)
Educação Pré-Escolar		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Catequese ▪ Formação Bíblica ▪ Grupos de Pastoral Juvenil ▪ Participação em Encontros Nacionais e Internacionais de Juventude
Primeiro Ciclo		
Segundo Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de línguas (Inglês, Francês, Alemão e Espanhol) no estrangeiro 	
Terceiro Ciclo		
Secundário		
<ul style="list-style-type: none"> • Cursos Científico-Humanísticos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ciências e Tecnologias ▪ Ciências Socioeconómicas ▪ Línguas e Humanidades ▪ Artes Visuais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo de Voluntariado ▪ Curso de Línguas (Inglês, Francês, Alemão e Francês) no estrangeiro 	

- **Educação e formação sequencial de ciclos** – Na oferta educativa tem persistido o cuidado de garantir unidade sequencial na progressão de ciclos, ora pelo acompanhamento dos docentes nos diferentes anos de cada ciclo, que têm garantido a estabilidade da aprendizagem sucessiva do aluno, ora na cooperação com os docentes, nas fases de transição de ciclo por parte dos alunos. Acresce, também, que o facto de os alunos ingressarem no CDDS no Pré-Escolar e início do Primeiro Ciclo tem permitido que, à consolidação da oferta educativa, se associe um conhecimento crescente das capacidades de cada aluno, bem como as suas dificuldades específicas, permitindo que a sequência curricular seja processada com maior acompanhamento e personalização educativa.
- No sentido de consolidar a sequência educativa, têm sido introduzidas inovações na oferta educativa do Educação Pré-Escolar, do Primeiro e Segundo Ciclos, mormente na disponibilização de formação nas línguas estrangeiras e nas tecnologias de informação e comunicação, reconhecidamente, imprescindíveis como base de consolidação das aprendizagens nos ciclos posteriores. Nestes ciclos, a frequência de cursos de verão no estrangeiro ou oferta suplementar de tempos curriculares para consolidação das aprendizagens precedentes constituem estratégias de fortalecimento das ações educativas e formativas.
- A formação extracurricular tem sido cada vez mais diversificada relativamente aos interesses dos alunos e tem permitido desenvolver competências complementares e integrantes na formação dos mesmos. Estas áreas formativas têm suscitado progressivo e alargado interesse e são, atualmente, de frequência transversal a todos os ciclos curriculares.
- O CDDS é um espaço que contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, psicomotor e afetivo da criança. O desporto, com as suas respetivas atribuições, oferece oportunidades para o desenvolvimento de competências na perspetiva de preparar os alunos no sentido de obterem sucesso nos estudos e no exercício da sua cidadania.
- A vertente desportiva das atividades extracurriculares no CDDS pretende proporcionar a todos os alunos atividades de carácter recreativo/lúdico, de formação, ou de orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas.
- As nossas instalações oferecem uma ampla gama de equipamentos pedagógicos e desportivos de várias modalidades. No CDDS os alunos podem encontrar atividades de tempos livres, vocacionadas para a aprendizagem por meio de jogos e atividades de lazer, porque não querendo sobrecarregá-los com escola depois da escola, pretende-se que tenham pedagogia e diversão em quantidades adequadas, pois ambos são importantes.
- No CDDS, os alunos podem encontrar um leque diversificado de atividades de enriquecimento extracurricular, desde o futebol, natação, hip-hop, esgrima, ténis, voleibol, ginástica, karaté, ballet e ainda atividades como a música, mandarim, coro, orquestra orff, pintura e teatro, visando o complemento da formação global do aluno.

- Algumas dificuldades têm ainda de ser superadas, mormente as relacionadas com as quebras de interesse e empenho por parte de alguns alunos nas transições de ciclo, sobretudo motivadas por insuficiente consolidação de requisitos e competências. O presente Projeto Educativo incidirá justamente sobre esta dificuldade.
- **Valorização da descoberta e opção vocacional** – A oferta educativa, na sua organização e na valorização do acompanhamento personalizado possível, tem facultado a descoberta, por parte dos alunos, das suas tendências e opções vocacionais, permitindo-lhes desenvolver e consolidar os requisitos específicos das suas escolhas e formação futura. Permanentemente, existe atenção, da parte dos docentes, no sentido de encaminhar vocacionalmente os alunos de acordo com as suas inclinações educativas próprias. Na fase de transição do terceiro ciclo para o Ensino Secundário, o CDDS disponibiliza aos alunos um acompanhamento independente e especializado, no sentido de ajudá-los a esclarecer as suas dúvidas opcionais, independentemente da sua intenção se encaminhar para a continuidade de frequência no CDDS ou não.
- **Uma oferta cultural científico-humanística diversificada que satisfaz a procura educativa**
 - A oferta educativa do CDDS está centrada numa cultura científico-humanística diversificada e pretende corresponder às diferentes saídas profissionais e de formação superior que globalmente são solicitadas pela procura educativa. A flexibilidade na organização da oferta educativa, especialmente no Ensino Secundário, tem permitido inflexões ou alterações de opção formativa aos alunos, quando entendem modificar as suas opções iniciais. A herança histórica e estatística do CDDS, na sua tarefa educativa, comprova que a procura educativa crescente não tem tanto a ver com a grande diversidade da oferta educativa, mas mais com a qualificação progressiva da oferta existente, pelo que o presente Projeto Educativo incidirá, sobretudo, na análise das dificuldades ainda existentes neste campo específico e na estruturação de estratégias e ações que correspondam ao aumento e consolidação da inovação e qualificação educativa.
 - A oferta educativa do CDDS dispõe de um leque de opções diversificadas no âmbito das Línguas Estrangeiras (parceria com as entidades certificadoras), indo de encontro a uma educação plurilingue, em consonância com as exigências do mercado de trabalho global. No âmbito da Língua Inglesa o Colégio é desde 2010 reconhecido como um *Cambridge English Preparation Centre*.
- **Educação e formação integral** – Correspondendo à visão educativa de formação integral, salvaguardada no Ideário Educativo, o CDDS disponibiliza aos alunos, livremente, e por opção dos Pais e Encarregados de Educação, relativamente aos alunos menores, e escolha pessoal, relativamente aos alunos maiores de 16 anos, a frequência de tempos de catequese, de cursos de formação bíblica e a integração dos mesmos em grupos de pastoral de adolescentes e jovens, que participam em encontros juvenis regionais, nacionais e internacionais. Esta disponibilidade de oferta educativa tem conhecido, nos últimos anos, um envolvimento por parte de

alunos, docentes, antigos docentes e familiares dos alunos, com assinalável interesse coletivo, que culmina anualmente com celebrações sacramentais no termo do ano letivo. Esta formação é transversal a todos os ciclos.

1.47. A Comunidade Educativa

1.48. Alunos

29. O corpo de alunos que frequentam o CDDS efetuam, na sua maioria, todo o percurso de frequência curricular disponibilizado pelo CDDS. A frequência contínua permite aos alunos uma identificação crescente e aprofundada com o Projeto Educativo do CDDS, a construção de relações de socialização mais sólidas e uma progressiva consolidação de métodos e hábitos de estudo. Alguns indicadores mais recentes, em revisão neste Projeto Educativo, permitem extrair deduções determinantes para o processo educativo futuro. A estabilidade da frequência tem sido garantida pelo conjunto de justificações já apresentadas, relacionadas com o modelo educativo, a exigência formativa, a qualidade das instalações educativas e a boa integração do aluno na Comunidade Educativa. Existem razões afetivas de ligação dos alunos e dos Pais e Encarregados de Educação ao CDDS, razões de segurança escolar, razões de qualidade educativa, razões de escolha do modelo educativo que explicam esse crescimento de frequência. Os limites físicos das instalações do CDDS e as imposições legais condicionam racionalmente um maior crescimento de frequência.

- **Proveniência geográfica dos alunos matriculados** – Os últimos anos letivos têm atestado ligeiras alterações na proveniência geográfica dos alunos matriculados no CDDS. À dispersão geográfica de origem tem sucedido uma maior concentração atual na zona urbana de Braga. A melhoria considerável do ensino público nas últimas duas décadas e a melhoria da rede pública de ensino garantiram nas regiões de longa distância de origem dos alunos a possibilidade de acesso ao ensino que outrora não existia. Também a sucessão das gerações fez diminuir a procura por parte das famílias da emigração.

Mas as razões já referidas, relacionadas com a mobilidade demográfica da cidade de Braga e, sobretudo, a crescente necessidade e procura de formação e educação qualificada, fizeram transferir a maior densidade de origem dos alunos para o centro urbano bracarense e uma percentagem menor para as regiões de Braga-Arredores. Uma percentagem reduzida de alunos é proveniente dos concelhos limítrofes de Braga, motivada sobretudo pela garantia da qualidade educativa e pela ligação afetiva de ascendentes ao CDDS.

O que resulta desta alteração é a crescente homogeneidade da identidade do aluno do CDDS quanto aos padrões educativos, aos interesses, às motivações, aos objetivos futuros. Essa identidade, por sua vez, tem desenvolvido uma maior aproximação aos valores educativos propostos no Ideário Educativo e Matriz Educativa e Pedagógica. O que poderia ter-se convertido numa dificuldade pode transformar-se numa oportunidade de mobilização e inovação na Comunidade Educativa. O presente Projeto Educativo retomará esta vantagem para transformá-la em motivação renovadora.

1.49. Corpo Docente

30. As transformações que se têm vindo a operar no corpo docente do CDDS têm constituído um dos seus maiores investimentos, na última década. Recorrendo à integração de profissionais com formação recente, com formação científica qualificada, e entrosando-os no corpo docente pré-existente, tem o CDDS conseguido a boa transição da mentalidade profissional, da atitude educativa, dos valores identitários da instituição e da cultura formativa de excelência que porfia. As diferenças etárias gradativas, a permuta de experiências profissionais, a partilha de informação, têm sido a garantia de que a identidade educativa é assimilada e assumida pelas gerações mais recentes. O que tem acontecido de forma integrada e cooperativa.

- **Um corpo docente estável** – O maior valor que decorre da análise ao corpo docente é o da estabilidade, que concede a tranquilidade profissional para uma boa realização profissional, para a dedicação a um projeto de educação com o qual se vai identificando progressivamente. Este valor é relevante, por garantir ao professor aperfeiçoar, por revisão contínua, o seu trabalho e motivar-se para desafios progressivos ante o melhor conhecimento que vai tendo da Comunidade Educativa e seus desafios constantes.

As faixas etárias predominantes têm constituído fator de renovação didática e pedagógica ao mesmo tempo que a qualificação académica tem constituído um fator de maturidade científica e de amadurecimento na seletividade de conteúdos e na hierarquização dos mesmos.

O presente Projeto Educativo convoca para a reavaliação do conformismo, para o desafio do futuro, tomando como ponto de partida a continuidade conseguida. Importa introduzir fatores de motivação pessoal, de cooperação no trabalho, de avaliação de ações e estratégias, de antecipar o não conquistado ainda, de perceber que o professor não existe em si e por si, mas, sobretudo, e em tudo, no aluno e pelo aluno e na sua progressão contínua.

- **Proximidade de residência** – A grande maioria dos docentes reside em áreas relativamente próximas ao CDDS. Sendo aparentemente algo que se pode relativizar, acresce vantagem do ponto de vista da disponibilidade, da assiduidade e da articulação de horários de trabalho, mormente nas aulas de substituição. Por outro lado, os trabalhos do foro administrativo ou, até, os apoios educativos, que ocorrem em horários pós-letivos, tornam-se menos problemáticos na sua resolução e programação, uma vez que a disponibilidade mais flexível dos docentes garante uma pluralidade de horários e articulações de trabalho mais fáceis.
- **Compromissos extraletivos** – Muitos professores encontram-se, ainda, envolvidos na coordenação de atividades extracurriculares com os alunos, promovendo a complementaridade e pluralidade formativa mediante iniciativas que se repetem com novos alunos ou inovando com alunos que transitam de percursos extracurriculares já efetuados. Altera-se, aqui, a visão do professor, a interação com o aluno, produzida a um outro nível e com registo diferente, e concretiza-se a vontade de alargamento de saberes e partilha de conteúdos formativos.

A existência de um número razoável de ações formativas extracurriculares tem suscitado uma adesão progressiva dos alunos e uma consciência maior para a necessidade dos docentes se motivarem para a realização de iniciativas de complemento formativo, quer para os alunos, quer para os Pais e Encarregados de Educação. O projeto Educativo problematiza e suscita o surgimento de formas de participação educativa extracurricular.

1.50. Corpo não docente

31. A maioria do corpo não docente faz parte do quadro de pessoal efetivo, o que aduz uma relação afetiva com o CDDS e com os alunos ao longo do currículo. O conhecimento continuado dos alunos no seu setor de trabalho ao longo dos ciclos permite uma melhor interação e um cuidado preventivo de situações conflituosas, ou ações inesperadas que afetem de modo desvantajoso o conjunto dos alunos. O profissionalismo, próximo e familiar, com que interagem com os alunos, transforma-os, frequentemente, em conselheiros ou referências modelares, construindo com os alunos relações de proximidade, amizade e respeito que se consolidam por décadas futuras.

As habilitações que possuem, genericamente, são ajustadas aos cargos que desempenham e, genericamente, a imagem que a Comunidade Educativa e os Pais e Encarregados de Educação possuem deles é de um corpo solícito, atento, generoso, disponível, presente, cumpridor e cooperador.

As faixas etárias em que se integram, atribuem-lhes maturidade e consciência profissional exemplares, sendo todo o seu trabalho, do mais exposto ao mais discreto, do mais simples ao mais exigente, reconhecido por toda a Comunidade Educativa.

1.51. Pais e Encarregados de Educação

32. O quadro de Pais e Encarregados de Educação resulta, por sucessão de gerações, de antigos alunos, de profissionais de ramos diversos que se identificam com o projeto Educativo do CDDS, de pais que buscam uma educação e formação complementar baseada nos princípios e valores da cultura cristã, de famílias que pretendem uma garantia sólida de segurança escolar, de pais que cultivam e pretendem transmitir aos descendentes uma metodologia de trabalho assente no rigor e exigência, de pais que necessitam do acolhimento proporcionado pelos horários letivos e de complemento letivo pelo CDDS, de encarregados de educação que anteveem na qualidade da oferta educativa do CDDS uma garantia de fiabilidade e competência na preparação para a frequência do ensino superior.

Curiosamente, tem crescido o número dos Pais e Encarregados de Educação que possuem habilitações superiores e que se situam em faixas etárias mais novas, o que acentua a importância dada à qualificação da formação para o acesso ao ensino superior e à visão multifacetada, cívica e integral da formação que pretendem para os seus educandos.

33. Alguns aspetos singulares, no entanto, têm justificado a continuidade da opção dos Pais e Encarregados de Educação pelo CDDS, mormente os que estão ligados à satisfação das expectativas que criaram relativamente a ele.

- **Visitas diárias** – A entrada no CDDS está continuamente franqueada aos Pais e Encarregados de Educação, quer para prestação de informações relativamente ao seu educando, quer para o transporte dos alunos, quer para conhecimento dos espaços e modo de funcionamento do CDDS, quer para partilha de inquietações e alegrias educativas com os demais Pais e Encarregados de Educação que frequentam os mesmos espaços e têm horários similares.
- **Partilha educativa** – O conhecimento dos outros Pais e Encarregados de Educação e a partilha educativa constituem uma forma de divulgação e adesão maior ao Ideário Educativo do CDDS, fator de motivação e encorajamento nos momentos incertos e celebração conjunta pelos êxitos educativos dos educandos.
- **Confiança educativa** – A ordem, civismo, organização e bom funcionamento do CDDS introduz, na avaliação educativa por parte dos pais e Encarregados de Educação, a confiança educativa no CDDS relativamente ao bom acolhimento dos filhos, à qualidade da educação prestada, à sua qualificação futura como cidadão e contribui para o reconhecimento do bom investimento educativo efetuado em favor dos filhos.
- **Serviço à família** – A irregularidade de horários de trabalho, a multiplicidade de tarefas e compromissos profissionais que envolvem os Pais e Encarregados de Educação e a falta de sintonia com os horários dos filhos, tem contribuído para que eles reconheçam as vantagens dos serviços de apoio ao estudo dos filhos, do serviço de refeições, das atividades extracurriculares e dos horários letivos do CDDS como favoráveis à boa coordenação da vida familiar, permitindo que filhos com frequência de ciclos diferentes frequentem a mesma instituição de ensino.
- **Contactos com os Pais e Encarregados de Educação** – Os contactos regulares e de urgência com os Pais e Encarregados de Educação, acerca de faltas dos alunos, progressão educativa, problemas de integração e de desempenho disciplinar, saúde ou outros, são efetuados de modo personalizado com os pais através de correio diário, telefone, correio eletrónico ou pela mediação do seu educando. Daqui resulta um contato rápido, eficaz, que permite que os problemas se dirimam em período breve, que o conhecimento seja rápido e a intervenção dos pais junto dos filhos seja imediata. Estas formas de proximidade têm sido crescentemente valorizadas pelos Pais e Encarregados de Educação e pelo CDDS, pelos impactos produtivos que têm desencadeado.
- **Perspetivas de futuro** – O posicionamento educativo dos Pais e Encarregados de Educação tem sido o de recetores e consumidores educativos, em todo o bom sentido. Acresce que, avaliando as habilitações dos Pais e Encarregados de Educação e as experiências profissionais dos mesmos, pode considerar-se a organização de permutas educativas com os mesmos, enquadramentos e integrações educativas inovadoras, de forma progressiva, na formação e educação dos filhos. O presente projeto Educativo considera novas formas possíveis de integração e incorporação dos Pais e Encarregados de Educação na formação dos filhos.

1.52. Parceiros Educativos e colaboradores

Quadro 4 - Parceiros educativos e colaboradores ocasionais

Parceiro e colaboradores	Especificação
Cambridge ESOL / Knightsbridge Examinations & Training Centre	Certificação da aprendizagem da Língua Inglesa
Alliance Française	Certificação da aprendizagem da Língua Francesa
Goethe Institut	Certificação da aprendizagem da Língua Alemã
Instituto Cervantes	Certificação da aprendizagem da Língua Espanhola
Escola Inglesa	Cursos intensivos de verão em países de língua inglesa
Instituto Confúcio da Universidade do Minho	Aprendizagem de Mandarim
Câmara Municipal de Braga	
Centro de Saúde de Infias	
Biblioteca Municipal Lúcio Craveiro da Silva	
Quartel do Regimento de Cavalaria	
Bombeiros Voluntários de Braga	
Polícia de Segurança Pública	
Empresas de transportes TUB	
Universidade Católica de Braga	
Museus D. Diogo de Sousa e outros	
Associação de escolas Braga/Sul	
Hospital de Braga	
Universidade do Minho	

34. As alterações nos processos educativos têm introduzido a consciência de que a parceria educativa, em contributos múltiplos, transporta para o interior do CDDS referentes, experiências e prestações formativas relevantes pela abertura que proporcionam da escola à sociedade. O CDDS dispõe de um grupo restrito de parceiros educativos, mas mantém relações de boa cooperação com colaboradores ocasionais que ao longo do ano letivo favorecem ações, facilitam escolhas, resolvem impasses e colaboram na boa consecução de toda a atividade educativa realizada no interior e no exterior do espaço do CDDS. As experiências dos últimos anos têm vindo a demonstrar a importância que as instituições, as empresas, os serviços têm desempenhado na cooperação educativa.

III. DAS DIFICULDADES À ESTRATÉGIA EDUCATIVA

1.53. Diagnóstico educativo

35. A avaliação das dificuldades elencadas relativamente ao processo de ensino-aprendizagem, à organização administrativa da comunidade educativa, à interação da comunidade educativa, às relações com os pais e encarregados de educação e à educação para os valores permitiu produzir um diagnóstico estruturado

como base de formulação da solução estratégica educativa. O diagnóstico proporcionou a elaboração de um quadro preliminar onde se identificaram as condicionantes para a implementação do projeto Educativo Estratégico, se assinalaram as vantagens existentes para cooperação nesse mesmo projeto, se comprovaram as áreas de intervenção pré-definidas e se enumeraram as oportunidades que o presente projeto dispensa.

Quadro 5 - Condicionantes, motivações determinantes e oportunidades educativas

Condicionantes	Motivações determinantes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Comunidade Educativa nunca experimentou um compromisso educativo tão inovador e pleno de desafios. ▪ Os processos administrativos mecanizados e estereotipados por cada um dos membros da Comunidade Educativa parecem satisfazer o cumprimento das obrigações pessoais de cada um. ▪ A estabilidade do processo e da situação educativos vigentes parece satisfazer os membros da Comunidade Educativa, pelo que será difícil de compreender a inovação e renovação educativas a introduzir. ▪ Os Pais e Encarregados de Educação não estão interessados no processo educativo, mas apenas no produto educativo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Direção, em articulação com os órgãos de gestão pedagógica, diversifica e disponibiliza os recursos educativos do CDDS em resposta às necessidades e interesses da comunidade. ▪ A Direção, em colaboração com os órgãos de gestão educativa e pedagógica, disponibiliza os dados do produto educativo, tratamento e análise dos resultados escolares. ▪ A informação e os dados necessários aos intervenientes são comunicados de modo eficaz. ▪ A imagem da Comunidade Educativa e seus membros é boa e garante o êxito de todo o processo. ▪ Os alunos têm uma propensão para a abertura ao novo e ao desafio de compromissos novos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A procura e aposta global dos Pais e Encarregados de Educação numa instituição educativa qualificada. ▪ A transição de ciclo de uma parte considerável dos alunos. ▪ As alterações introduzidas pelo Estatuto do Aluno. ▪ A integração de novos elementos na Comunidade Educativa: alunos e docentes. ▪ A consolidação e estabilidade do quadro docente. ▪ O reconhecimento da necessidade de mudança relativamente a alguns aspetos determinantes da vida e funcionamento da Comunidade Educativa.

1.54. Áreas prioritárias de intervenção e dificuldades elencadas

Quadro 6 - Áreas prioritárias de intervenção e dificuldades elencadas

Áreas Prioritárias de Intervenção	Dificuldades elencadas
1. Ensino-aprendizagem	
1.1. Resultados escolares e sucesso educativo	Os resultados escolares não traduzem ainda todo o potencial resultante das metodologias, estratégias, recursos técnicos e humanos disponibilizados.
1.2. Avaliação do ensino-aprendizagem	A avaliação dos alunos ainda não contempla de forma completa uma dimensão formativa no processo de ensino-aprendizagem.
1.3. Apoios educativos	Os apoios educativos não apresentam ainda os níveis de excelência pretendidos.
1.4. Integração e sequência do Ensino Básico para o Ensino Secundário	A integração e sequência do ensino básico para o ensino secundário não têm garantido a progressão consolidada e o êxito educativo de todos os alunos.
2. Organização Administrativa da Comunidade Educativa	
2.1. Produção de registos e documentos	Ausência de um arquivo de documentos de utilização padronizada e global.
3. Interação da Comunidade Educativa e relações com os Pais e Encarregados de Educação	
3.1. Docentes	A cooperação e interação dos docentes na planificação, colaboração e avaliação nas ações do processo educativo situam-se a um nível aquém da excelência.
3.2. Alunos	Número ainda não muito significativo de alunos a participar na vida da Comunidade Educativa com compromisso e identificação suficientes com o Ideário e projeto Educativo do CDDS.
3.3. Pais e Encarregados de Educação	A comunicação com os Pais e Encarregados de Educação e a sua participação ativa na vida da Comunidade Educativa não é suficientemente eficaz relativamente aos contributos que podem acrescentar à melhoria do processo educativo.
4. Princípios Orientadores	
4.1. Autorregulação	O processo de autoavaliação da escola necessita de diversificar os procedimentos.

1.55. Objetivos, metas, estratégias, intervenientes e indicadores

Quadro 7 - Metas, Estratégias, Intervenientes e Indicadores para a Educação Pré-Escolar

Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
Garantir a qualidade das aprendizagens.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar um ambiente educativo (sala de atividades) promotor de aprendizagens diversificadas e motivadoras; ▪ Organizar o espaço, da sala de atividades, adequando-o às necessidades e interesses das crianças; ▪ Promover experiências diversificadas e enriquecedoras em todas as áreas de conteúdo previstas nas OCEPE, recorrendo a estratégias múltiplas e adequadas; ▪ Desenvolver a ação educativa orientada pelos princípios da ética, do profissionalismo e da intencionalidade educativa; ▪ Promover atividades e experiências, tendo por base a avaliação diagnóstica de cada criança e do grupo, no sentido de aprofundar e alargar o conhecimento; ▪ Avaliar trimestralmente as aprendizagens das crianças enquanto processo regulador da ação; ▪ Analisar e refletir sobre a prática pedagógica, reformulando-a sempre que necessário; ▪ Envolver os encarregados de educação no processo educativo das crianças numa perspetiva de complementaridade; ▪ Promover atividades assentes em metodologias ativas e numa pedagogia diferenciada; ▪ Diversificar os contextos de aprendizagem a nível interno e externo; ▪ Consolidar metodologias de trabalho colaborativo entre docentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Docentes da EPE ▪ Crianças ▪ Pais e Encarregados de Educação ▪ Grupos disciplinares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salas de atividades organizadas com intencionalidade educativa: diversidade de áreas lúdicas/trabalho, equipamentos e materiais polivalentes, diversificados e em quantidade suficiente; ▪ Trabalho organizado em diferentes modalidades: individual, pares, pequenos grupos e grande grupo; ▪ Trabalho assente em rotinas devidamente estruturadas: quadros de registos, etc. ▪ Valorização dos trabalhos das crianças: exposições, decoração da sala,... ▪ Realização de atividades experimentais promotoras da literacia científica: experiências, trabalhos práticos, trabalho de campo; ▪ Participação dos pais em atividades curriculares; ▪ Planificação, desenvolvimento e avaliação das atividades/projetos com a participação das crianças; ▪ Reuniões periódicas de educadores: partilha, troca de experiências, reflexão do trabalho realizado e a realizar; ▪ Utilização de diferentes instrumentos de avaliação: grelhas/registos de observação e ficha de avaliação descritiva por AC. ▪ Avaliação das aprendizagens: identificação dos níveis das aprendizagens: deficitárias e aprendizagens com sucesso por área de conteúdo/domínio; ▪ Realização de reuniões pais e conversas informais.

Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
Promover e articular os conteúdos curriculares previstos nas OCEPE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerir de forma equilibrada o desenvolvimento de atividades nas áreas de conteúdo previstas nas OCEPE; ▪ Proporcionar aprendizagens de forma globalizante e integrada; ▪ Desenvolver/promover atividades transversais a todas as áreas de conteúdo; ▪ Promover a articulação horizontal do currículo na EPE. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planificações semanais; ▪ Reuniões de departamento/grupo etário; ▪ Realização de atividades comuns à EPE: 9 grupos; ▪ Realização de atividades comuns aos grupos da mesma faixa etária.
Melhorar a articulação pedagógica e curricular entre níveis/ciclos de ensino e outros departamentos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a articulação vertical do currículo (EPE e 1.º ciclo) ▪ Realizar atividades em todas as AC com a colaboração de docentes dos diferentes departamentos curriculares; ▪ Promover reuniões periódicas entre docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º CEB; ▪ Facilitar a transição da EPE para o 1º CEB, realizando visitas às turmas do 1º CEB; ▪ Articular atividades e conteúdos com o 1º CEB; ▪ Otimizar os recursos físicos, materiais e humanos existentes no colégio no desenvolvimento de atividades/projetos integradores e transversais. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades realizadas com o contributo de outros departamentos curriculares/grupos disciplinares ▪ Reuniões com o 1º CEB; ▪ Atividades realizadas com o 1º CEB.
Aprofundar e diversificar parcerias para o desenvolvimento de atividades e projetos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover parcerias com instituições locais, facilitadoras da operacionalização de projetos e atividades em contextos diferenciados; ▪ Proporcionar visitas de estudo no âmbito do desenvolvimento de projeto, alargando e constituindo um desafio ao conhecimento. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias celebradas; ▪ Visitas de estudo efetuadas.

Quadro 8 - Resultados escolares e sucesso educativo

Área de intervenção	1. Ensino-aprendizagem		
	1.1. Resultados escolares e sucesso educativo		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar o desempenho escolar, valorizando atitudes de exigência, trabalho e responsabilidade e desenvolvendo ações de prevenção do insucesso. ▪ Manter ou melhorar a média dos resultados das disciplinas em que exista margem de progressão. ▪ Obter resultados nas provas de avaliação externa muito superiores aos resultados médios nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuar a investir na diversificação da oferta educativa, dando resposta às necessidades dos Pais e Encarregados de Educação. ▪ Persistir nas práticas dinamizadoras de sucesso escolar baseadas na exigência, rigor e responsabilidade. ▪ Intensificar os programas que promovam a leitura, escrita e as literacias da informação, tecnológica e digital. ▪ Implementar ações frequentes que desenvolvam o raciocínio lógico-abstrato. ▪ Valorizar e promover mecanismos de prevenção de insucesso, quer nos Departamentos Disciplinares, quer nos Conselhos de Turma. ▪ Personalizar as dificuldades de aprendizagem de cada aluno com níveis e classificações negativos e as estratégias adequadas para a sua motivação e recuperação. ▪ Ajustar os programas à identidade de cada turma de modo a promoverem o sucesso educativo. ▪ Planificar ações de boa integração dos alunos dos 5.º, 7.º e 10.º anos no novo ciclo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Docentes ▪ Coordenadores de Ciclo ▪ Alunos ▪ Departamentos Disciplinares ▪ Conselhos de Turma ▪ Pais e Encarregados de Educação ▪ Agentes sócio-económicos e/ou culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Médias dos níveis e classificações finais de cada disciplina por ano de aprendizagem. ▪ Médias dos resultados obtidos pelos alunos, em cada disciplina, nas provas de avaliação externa. ▪ Médias finais globais dos alunos na conclusão de ciclos ou cursos. ▪ Percentagens de níveis e classificações por disciplina no final dos anos letivos. ▪ Média global de cada turma no termo dos anos letivos. ▪ Ações realizadas no âmbito da prevenção do insucesso e da integração dos novos alunos. ▪ Relatórios de avaliação do impacto das mesmas

Quadro 9 - Avaliação do ensino-aprendizagem

Área de intervenção	1. Ensino-aprendizagem		
	1.2. Avaliação do ensino-aprendizagem		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a intervenção pedagógica dos Departamentos, Disciplinares e Conselhos de Turma. ▪ Transformar os processos de avaliação em momentos estratégicos de melhoria e renovação do ensino-aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o trabalho cooperativo nas diferentes estruturas/órgãos de gestão pedagógica visando o sucesso educativo dos alunos. ▪ Utilizar metodologias de avaliação diversificadas, adequadas às situações de aprendizagem dos diferentes alunos, sabendo que cada aluno é um acontecimento educativo singular, não uniformizável, nem suscetível de comparação formal com os outros. ▪ Desenvolver o trabalho de planificação baseado num processo de análise, revisão e reformulação em função da avaliação contínua. ▪ Implementar um processo de avaliação diversificado que tenha em conta também a autoavaliação e a avaliação cooperativa dentro do Departamento disciplinar e do Conselho de Turma. ▪ Desenvolver trabalho interdisciplinar a nível dos Conselhos de Turma de forma que os PAT sejam instrumentos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar. ▪ Transformar a avaliação num momento consequente que vise a excelência educativa, incentivando a autonomia dos alunos ao nível dos métodos de estudo e investigação e disponibilizando recursos humanos, materiais e tecnológicos que melhorem a aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Conselhos de Turma ▪ Departamentos Disciplinares ▪ Professores ▪ Alunos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registos de reflexões e reformulações dos planos ▪ Inquérito ▪ Análise dos PAT/PTT ▪ Ações realizadas visando a excelência e a autonomia dos alunos ▪ Taxa de utilização dos recursos materiais e tecnológicos disponibilizados

Área de intervenção	1. Ensino-aprendizagem		
	1.3. Apoios educativos		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a eficácia do apoio educativo, sistematizando processos, formalizando ações e produzindo registos sobre a evolução dos apoios. ▪ Coordenar e ligar as ações de apoio com os processos curriculares e letivos, de forma que os momentos letivos e os momentos de apoio educativo sejam momentos diferentes, mas parte de um único processo de aprendizagem do aluno. ▪ Melhorar a imagem e o modo de receção dos momentos de apoio educativo, por parte dos pais, fazendo-os entender que eles constituem reais oportunidades de crescimento e melhoria da aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnosticar precocemente situações e problemas de aprendizagem e ajustar a tipologia de apoio à situação de cada aluno: apoio em grupo ou individual. ▪ Introduzir livros de registo do apoio educativo, no qual sejam assinalados a sumariação do apoio efetuado, as presenças dos intervenientes. ▪ Responsabilizar formalmente o Encarregado de Educação e o aluno pelo cumprimento do plano de apoio, avaliando essa corresponsabilização em reunião formal com os Pais e Encarregados de Educação, a Direção e o professor responsável pelo apoio educativo. ▪ Retirar consequências relativamente à frequência futura do CDDS, face à negligência dos alunos, Pais e Encarregados de Educação em relação às faltas de presença e recusa dos apoios educativos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Coordenadores de Ciclo ▪ Docentes curriculares das disciplinas ▪ Docentes. ▪ Alunos indicados para a frequência de apoios educativos ▪ Pais e Encarregados de Educação dos alunos propostos para a frequência dos apoios educativos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação do cumprimento das regras de responsabilização dos intervenientes. ▪ Assiduidade. ▪ Avaliação qualitativa e quantitativa dos alunos sujeitos a medidas de apoio, face aos resultados das medidas implementadas. ▪ Registos exarados em documentos próprios. ▪ Projetos concretizados como resposta aos problemas de insucesso identificados. ▪ Relatórios dos apoios individuais.

Quadro 11 - Integração e sequência de ciclos

Área de intervenção	1. Ensino-aprendizagem		
	1.4. Integração e sequência de ciclos		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar o acolhimento e integração na turma e sala de aula dos alunos no início dos ciclos, no início dos anos letivos e dos alunos que frequentam o CDDS pela primeira vez. ▪ Melhorar o impacto de planos, projetos e atividades no ambiente educativo, ajustando-os às reais necessidades da comunidade educativa e às metas do PE. ▪ Adequar os momentos de transição de ciclo à realidade plural dos alunos e das turmas. ▪ Consciencializar progressivamente os alunos para o crescimento das dificuldades, complexidade das temáticas e exigência dos raciocínios na transição de ciclos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obter o máximo de informação possível sobre as capacidades e características pessoais e de aprendizagem dos novos alunos. ▪ Dar continuidade às atividades de enriquecimento curricular da escola enquanto instrumento de promoção da formação integral dos alunos e de integração educativa. ▪ Privilegiar a participação em atividades que propiciem a reflexão e o debate. ▪ Reforçar a implementação de projetos e atividades que promovam o trabalho de grupo, a cooperação na aprendizagem, a partilha de informação. ▪ Diversificar progressivamente metodologias de aprendizagem evidenciando as vantagens educativas retiradas de cada metodologia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Coordenadores de Ciclo ▪ Professores ▪ Alunos ▪ Conselhos de Turma 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades realizadas. ▪ Avaliação comparativa do rendimento escolar de cada aluno, em início de ciclo, com a média do rendimento escolar no ano letivo precedente. ▪ Sinais de participação e integração na sala de aula. ▪ Dados da autoavaliação dos alunos.

Área de intervenção	2. Interação da Comunidade Educativa e relações com os Pais e Encarregados de Educação		
	2.1. Docentes		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir formação ao pessoal docente e não docente de forma a responder às necessidades específicas de implementação e execução do PE. ▪ Promover a realização de formação anual, que incida sobre as dificuldades educativas detetadas e as estratégias propostas no PE. ▪ Conseguir um envolvimento dos docentes nos seus compromissos profissionais e pessoais e na vida da Comunidade Educativa, expresso através de formas de responsabilização e avaliação. ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar cada docente o Plano Anual de Objetivos Educativos. ▪ Organizar plano de integração de todos os docentes em ações complementares de formação, clubes, projetos, atividades extracurriculares nos quais se incluam por livre iniciativa e com compromisso. ▪ Introduzir módulos, critérios e momentos de autoavaliação dos docentes relativamente ao cumprimento e nível de consecução dos objetivos educativos a que se propôs, que deverão processar-se nas reuniões de Departamento Disciplinar, no final do ano letivo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Conselho Pedagógico ▪ Docentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos Anuais dos Objetivos Educativos dos docentes. ▪ Atas dos Conselhos de Turma. ▪ Atas dos Departamentos disciplinares. ▪ Autoavaliações dos docentes.

Área de intervenção	2. Interação da Comunidade Educativa e relações com os Pais e Encarregados de Educação		
	2.2. Alunos		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a integração e intervenção dos alunos nas ações e momentos educativos e formativos propostos pelo CDDS. ▪ Proporcionar aos alunos um bom relacionamento humano e educativo com os docentes, criando e favorecendo canais de comunicação, disponibilizando horários, informação e material complementar de estudo. ▪ Disponibilizar as instalações do CDDS para a organização de grupos, projetos e ações de complementos educativos, para além dos horários e dias curriculares. ▪ Celebrar o Dia Mundial da Criança como materialização do IE e do PE do CDDS. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceitar a propositura para fundar a Comissão Consultiva dos Alunos, constituída pelos delegados e subdelegados das turmas do Ensino Secundário e regulamentar o seu estatuto, âmbito de ação e formas e planos de intervenção na Comunidade Educativa. ▪ Calendarizar e programar a disponibilização de recursos e instalações do CDDS para ações que promovam compensações educativas, estudo coletivo ou complementos educativos: biblioteca, auditório, salas de aula, espaços de exposição... 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Conselho Pedagógico ▪ Docentes ▪ Órgãos de cooperação interativa e de aconselhamento legalmente previstos ou voluntariamente instituídos entre o Colégio, os alunos, pais e encarregados de educação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolhimento, por parte da Comunidade Educativa, da Comissão Consultiva de Alunos. ▪ Número de iniciativas de complemento educativo.

Quadro 14 - Pais e Encarregados de Educação

Área de intervenção	2. Interação da Comunidade Educativa e relações com os Pais e Encarregados de Educação		
	2.3. Pais e Encarregados de Educação		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a integração e participação dos Pais e Encarregados de Educação na vida diária do CDDS. ▪ Disponibilizar aos Pais e Encarregados de Educação facilidades de contato com a direção, o diretor de turma e os docentes. ▪ Estimular os Pais e Encarregados de Educação a participar nas ações e atividades promovidas pelo CDDS, diretamente para eles ou para a Comunidade Educativa em geral, mediante convite público formalizado nos espaços do CDDS. ▪ Promover junto dos pais ações de sensibilização para os valores e matriz educativa do CDDS e proporcionar-lhes o conhecimento integral dos espaços frequentados pelos alunos. ▪ Promover a celebração anual do Dia da Família. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceitar a propositura para criação da Comissão Consultiva dos Pais e Encarregados de Educação, constituída por um representante de cada ciclo de ensino, regulamentar o seu estatuto, âmbito de ação e formas e planos de intervenção na Comunidade Educativa. ▪ Promover junto da Comissão Consultiva dos Pais a recolha da sua sensibilidade, sugestões ou contributos para a melhoria do funcionamento e organização da comunidade educativa e a melhoria do ensino- aprendizagem. ▪ Envolver a CCP na divulgação do IE, PE e RI junto dos seus pares, como forma de compromisso ativo no CDDS. ▪ Estimular os Pais e Encarregados de Educação a participar ativamente nos momentos celebrativos, e comemorativos da Comunidade Educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Pais e Encarregados de Educação ▪ Comissão Consultiva dos Pais e Encarregados de Educação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolhimento, por parte da Comunidade Educativa, da Comissão Consultiva dos Pais e Encarregados de Educação. ▪ Plano Anual de sugestões e/ou atividades da Comissão Consultiva de Pais e Encarregados de Educação

Quadro 15 - Autorregulação

Área de intervenção	3. Princípios Orientadores		
	3.1. Autorregulação		
Metas	Estratégias	Intervenientes	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a assimilação e interiorização dos valores definidos no IE e no PE por parte dos membros da Comunidade Educativa. ▪ Implementar, com caráter contínuo, processos de autoavaliação do CDDS, relativamente aos valores humanos e educativos principais consignados no IE e PE. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Confiar ao Conselho Pedagógico a implementação das ações de avaliação sobre a aceitação, integração e vivência dos valores propostos no IE e no PE. ▪ Elaborar e apresentar à Comunidade Educativa um relatório anual sobre a sensibilidade e importância dada aos valores pela Comunidade Educativa. ▪ Discutir resultados desse relatório anual pela Comunidade Educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção ▪ Docentes ▪ Alunos ▪ Pessoal não docente ▪ Pais e Encarregados de Educação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inquéritos à Comunidade Educativa sobre a vivência e aceitação dos valores do IE e PE ▪ Ações para a discussão dos resultados apresentados

1.56. Divulgação do Projeto Educativo

36. A divulgação do Projeto Educativo é essencial para o bom conhecimento de todas as estratégias educativas e ações que organizam a vida da Comunidade Educativa e para a interação dos intervenientes no processo educativo.

Para a boa divulgação convencionou-se que a mesma deverá ser ajustada à natureza de cada interveniente no Projeto Educativo.

Procurar-se-á, também, que o acesso continuado ao PE possa ser efetuado de forma fácil, sobretudo nos espaços em que a sua consulta se torna indispensável, como as salas dos professores, salas de apoio aos professores e de atendimento, secretaria e salas de reunião de grupos disciplinares, departamentos e conselhos escolares.

Serão ainda entregues aos Pais e Encarregados de Educação os PE, RI e Preçário, aquando da matrícula e/ou renovação de matrícula dos seus educandos.

Quadro 16 – Divulgação e conhecimento

Divulgação e conhecimento	
Docentes	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião geral de docentes, convocada para o efeito: <ul style="list-style-type: none"> - Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; - Objetivos gerais do projeto educativo estratégico. ▪ Reuniões dos Grupos e Áreas Disciplinares: <ul style="list-style-type: none"> - Análise geral sobre as linhas gerais do Projeto Educativo; - Implicações programáticas, didáticas, pedagógicas, educativas e formativas do Projeto Educativo; - Definição das metas educativas e formativas do Grupo Disciplinar, em coerência com o Projeto Educativo; - Plano Anual de Atividades do grupo disciplinar, em função do Projeto Educativo; - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; - Objetivos gerais e estratégicos do Projeto Educativo; - Modelos de avaliação contínua do Projeto Educativo no Grupo Disciplinar; - Avaliação intermédia do Projeto Educativo. ▪ Reuniões dos Conselhos de Turma: <ul style="list-style-type: none"> - Adequação do Plano de Atividades de Turma ao Projeto Educativo e ao Projeto Curricular de Escola; - Modelos de avaliação e de gestão de informação sobre a implementação do Projeto Educativo; - Modelos de avaliação contínua do Projeto Educativo; - Avaliação intermédia do Projeto Educativo. 	
Alunos	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião geral de alunos: <ul style="list-style-type: none"> - Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; - Objetivos Gerais do Projeto Educativo Estratégico. 	
Pais e Encarregados de Educação	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões de Pais e Encarregados de Educação: <ul style="list-style-type: none"> - Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; - Objetivos gerais do Projeto Educativo Estratégico. ▪ Publicação e distribuição de brochura: <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização no início do ano letivo. 	

IV. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

37. A avaliação do PEE constitui um processo de retroação e regulação do processo educativo, em momentos calendarizados, no sentido de aferir o êxito das ações, medidas e estratégias contempladas no plano estratégico. A avaliação do Projeto Educativo é, neste sentido, um instrumento de promoção da qualidade e eficácia educativa, um recurso de reflexão sobre a organização da estrutura educativa, dinamizador das boas práticas pedagógicas e da melhoria dos resultados. A avaliação do PE consiste na recolha e análise sistemática dos dados informativos sobre todo o Projeto Educativo Estratégico. Por ela será possível regular a ação educativa, aperfeiçoar o Projeto Educativo, mobilizar a comunidade educativa, qualificar a especialização dos intervenientes no processo de avaliação e concluir acerca do plano de divulgação, informação e comunicação do Projeto Educativo.

Quadro 17 - Avaliação do Projeto Educativo

Avaliação do PEE		
1. Modelos de avaliação		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação formativa do processo – A avaliação formativa acompanhará e monitorizará de modo permanente as estratégias e atividades realizadas através da recolha e tratamento de dados relativos à execução e desempenho do projeto, assumindo carácter descritivo, qualitativo, sistemático e contínuo: <ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento da programação de cada uma das atividades; - Recursos utilizados; - Cumprimento da calendarização; - Participação dos intervenientes; - Metas alcançadas. ▪ Avaliação sumativa dos resultados – A avaliação sumativa será implementada no final dos diferentes ciclos do processo, de forma a qualificar o produto. Ela corresponde a um balanço final e a uma visão de conjunto do caminho percorrido, confrontando o produto obtido com os objetivos e metas propostos: <ul style="list-style-type: none"> - Elenco e mensuração dos resultados alcançados; - Elenco das metas e estratégias não conseguidas; - Elenco dos efeitos não esperados. 		
2. Critérios, objetivos e formulações a ponderar na avaliação		
Critérios	Objetivos	Formulações
▪ Relevância	Avaliar em que nível os objetivos estabelecidos contribuem para resolver as dificuldades identificadas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais são as dificuldades que se colocam no contexto do funcionamento e objetivos da escola? ▪ Os objetivos definidos contribuem para resolver as dificuldades identificadas? ▪ Que valor acrescentado traz o Projeto Educativo ao CDDS?
▪ Coerência	Avaliar se os objetivos são coerentes com os recursos e se estes são suficientes para fazer face aos objetivos e ao calendário.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetivos estão bem hierarquizados? ▪ Os meios são proporcionais ao projeto? ▪ O tempo calendarizado é suficiente?
▪ Eficácia	Avaliar se os resultados ou metas previstos foram atingidos, quais os desvios ou insucessos e sua justificação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetivos estratégicos foram alcançados? ▪ Que desvios se verificaram e porquê? ▪ Os desvios comprometem o objetivo central?

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto 	<p>Avaliar o nível de cumprimento dos objetivos centrais do projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetivos estratégicos foram alcançados? ▪ Quais as alterações produzidas pelo Projeto Educativo? ▪ Quais os principais beneficiários do projeto?
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficiência 	<p>Avaliar a relação entre investimentos materiais e humanos e os resultados obtidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Será possível obter os mesmos resultados com maior contenção de recursos?
<p>3. Objetivos da avaliação e indicadores</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia: <ul style="list-style-type: none"> - Clareza das metas definidas; - Acolhimento e motivação dos intervenientes; - Qualificação das ações; - Qualificação das interações individuais e dos grupos; - Integração e incorporação de recursos; - Clareza e necessidade de instruções e orientações. ▪ Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> - Atualidade; - Adequação à Comunidade Educativa; - Qualidade da informação; - Níveis de comunicação. ▪ Produção: <ul style="list-style-type: none"> - Mensuração qualitativa e quantitativa de resultados: alcançados e não atingidos; - Qualidade dos produtos alcançados; - Integração do produto e das renovações conseguidas na vida da CE. ▪ Função <ul style="list-style-type: none"> - Alterações funcionais produzidas na CE; - Melhorias detetadas na organização e funcionamento da CE; - Inovações vantajosas reconhecidas no processo de ensino-aprendizagem; - Níveis de participação e ação. 		
<p>4. Procedimentos</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição e elaboração dos instrumentos - Elaboração de instrumentos de análise da informação disponível (grelhas de análise do Projeto Educativo; indicadores de referência sobre os resultados obtidos; tratamentos estatísticos; listagem de problemas; obstáculos; recursos disponíveis; questionários; análise de documentos; observação direta). ▪ Recolha e utilização dos instrumentos de análise - Recolha de dados e utilização dos instrumentos, aplicando-os aos elementos da informação recolhida, e seu tratamento (elaboração de gráficos de evolução, estatísticas, tabelas). ▪ Acompanhamento e monitorização – Disponibilização dos dados e seu tratamento para que a Comunidade Educativa tome conhecimento da evolução do projeto Educativo. 		